340.05
R29te
1959 c. 14 n. 14

estudantes

capa: hélvio polito lopes

presidente do d. e.
luiz rangel moreira

estudantes

ano XIV — número 14 — 1959

marco antonio maciel
diretor

órgão oficial do diretório acadêmico da faculdade de direito do recife

apresentação

"Estudantes — órgão oficial do diretório Acadêmico — volta à circulação depois de um pequeno período de latência. E esta edição que marca o seu retôrno foi, como os leitores poderão constatar, preparada com esmêro. Congregamos na elaboração da Revista artigos do corpo docente e discente da Faculdade. E entre os alunos fotografamos *as mais diversas correntes intelectuais, desde o bacharelando, que já cristalizou suas ideias, até o calouro, que se inicia no momento na vida universitária.*

Procuramos publicar trabalhos não só de natureza literária, mas também de cunho jurídico. Todavia quanto a êste último, nossa missão se bem que não tenha fracassado "in totum", não teve talvez o exito almejado. Os colegas, mormente aquêles agora iniciados na formulação dos problemas jurídicos, fogem ao enfoque *da ciência que estudam.*

Divulgamos também reportagens sôbre as nossas realizações no Diretório e na Associação Atlética para que todos fiquem informados do que têm sido as nossas atividades. E quanto à feição gráfica, graças aos esforços dos que fazem a Imprensa Universitária, conseguimos introduzir modificações essenciais, (inclusive, invernização da capa) permitindo também que a tiragem da Revista fôsse duplicada para que pudesse atender a uma melhor difusão das nossas atividades.

de.378634
ex.1
894919

ESTUDANTES Nº 14 1959

SUMÁRIO

1 — Apresentação	Redação
3 — Discurso de agradecimento aos bacharelandos de 1959	Soriano Neto
7 — O novo Reitor da Universidade do Recife	Redação
6 — Existencialismo e filosofia do Direito	Roberto Cavalcanti
9 — Coronelismo e mercantilismo eleitorais	Marcus Vinicios Vilaça
10 — 17 poemas	F. Bandeira de Melo
14 — D.A.: Presidente também tem metas	Redação
15 — Uma introdução à Racine	João Alexandre Barbosa
18 — A respeito do D.A.J.A.	Alarcon de Lima
19 — G. Freyre e os juristas: três serviços	Cláudio Souto
20 — Ordem e Progresso e G. Freyre	Vamireh Chacon
22 — A Perenidade do Direito	Amaury Teixeira
24 — Novas Perspectivas para os esportes	Paulo Melo
25 — Os Partidos Políticos no Brasil	Pinto Ferreira
30 — Capibaribana (poesia)	Gildo Tavares
30 — Noite (poesia)	Giovani Cribari
31 — Penso em G. Amado no ano em que me despeço	Luiz Costa Lima Filho
35 — F.D.: Comemorado o 11 de Agôsto	Redação
36 — O Problema Brasileiro e a missão do estudante	Pedro Motta
38 — Carnaval (conto)	Luiz Carlos Andrade
40 — Treinamento de supervisões e produtividade	Geraldo Santos Neves
44 — A.R.I. Vence as eleições para o D.A.	Redação
45 — Nós as mulheres e êle... o Direito	Margarida Rodrigues
46 — Nacional Socialismo	Jackson Jatobá
48 — Diário da F.D.	Redação

DISCURSO DE AGRADECIMENTO AOS BACHARELANDOS DE 1959 (*)

SORIANO NETO

Meus queridos amigos:

É bem de lá de dentro, do fundo desta alma inquieta e amargurada de sentimental, que sinto vir subindo, puro, sincero, imenso, o meu agradecimento por me haverdes escolhido para paraninfo da vossa colação de gráu, como me acaba de comunicar o bacharelando Ronaldo Souto Maior em brilhante e eloquente discurso, cheio de gentis e generosos referências à minha personalidade de professor e jurisconsulto.

Muito grato, gratíssimo sou, realmente, a todos os que, sufragando, na eleição de 27 de maio, o meu nome com tanta espontaneidade e desinteresse, num livre ato de estima pessoal e admiração intelectual, me prestaram a maior homenagem e me elevaram à mais alta distinção, com que se poderia premiar um professor universitário.

Vezes várias honraram-me os meus alunos com a aclamação unânime do meu nome para paraninfo; devo, porém, confessar, lealmente, que nenhuma escolha, apesar de não ser unânime, foi tão compreensiva e generosa para comigo como a vossa.

E, por isso mesmo, no momento em que recebo esta cativante comunicação, quero falar-vos com tôda a franqueza e sinceridade, sôbre certos e importantes fatos que rodearam a minha vida nesta Faculdade, e que penso não conheceis bem. E vou fazê-lo, agora, pela primeira vez em público, tão sòmente por dever de consciência, buscando vencer o enorme constrangimento de me referir à minha própria pessoa.

Antes de tudo, afirmo-vos que ninguém lamenta mais do que eu, que a função de Diretor, função absorvente, inquietante, exaustiva, árdua, que tem sido tão perturbadora da minha tranquilidade e da minha saúde nestes duros cinco anos, me não tenha permitido, como era do meu desejo, manter convosco um contacto mais íntimo, mais profundo, mas constante, igual ao que mantive com as outras turmas antes de exercer essa função, a que nunca aspirei, que jamais constituiu o meu sonho e o meu ideal, que me impuseram os meus colegas de Congregação, e que fui forçado a aceitar à visita de excepcionais e poderosas circunstâncias da vida desta Escola, num período dificílimo.

Inspirado e impelido por um velho sonho da adolescência, abandonei, com um idealismo romântico inexplicável para esta época e incompreensível para a nova geração empolgada por um entristecedor utitilitarismo, a minha banca de advogado e a administração das minhas propriedades agrícolas, na Bahia, — o que importou para mim em sérios prejuizos, de cuja extenção só tem exato conhecimento os meus mais íntimos amigos, — para, retornando à terra natal, conquistar uma cátedra nesta Faculdade, nesta Faculdade dos meus antepassados, nesta minha Faculdade, onde alvoreceu o meu espírito de jurista e onde lancei os fundamentos da minha cultura.

Deveis, certamente, imaginar que ninguém se dispõe a tomar uma deliberação de tamanha gravidade como essa, senão para atingir o supremo ideal de tôda uma vida. E o meu supremo ideal era viver, única e intensamente, uma vida intelectual: estudar, escrever, ensinar. Vida de cientista, de escritor, de mestre; vida de gabinete e de cátedra.

Com isso, sacrificaria livre e conscientemente, pois sabia o que iria perder, os vultosos intersses do advogado e do agricultor, mas me conservaria fiel a mim mesmo, à minha vocação, à tradição da minha famídia de juristas.

Durante muitos anos, cumpri, rigorosamente, o meu plano intelectual: estudei, escrevi e ensinei intensamente. Meus li-

vros "Do Reconhecimento Voluntários dos Filhos Ilegítimos", "Da Compensação", "Da Novação", "Publicidade Material do Registro Imobiliário", e os "Pareceres", em cinco (5) volumes, quatro(4) publicados e um (1) ainda inédito, que mereceram da crítica nacional e estrangeira apreciações muito acima da minha modesta expectativa, correspondem a essa fase da minha vida.

No tocante ao meu ensino de 1943 a 1953, período anterior ao em que se iniciou a minha atuação na Diretoria, aí estão espalhados por êste vasto Brasil centenas de antigos discípulos, que podem depor, imparcialmente, acêrca da dedicação, assiduidade e entusiásmo com que exerci a minha cátedra. Aqui mesmo, no ensino desta Faculdade, se encontram Gentil Mendonça, Arnóbio Graça, Gustavo Paashaus, Rodolfo Araujo, José Meira, José Veiga, Germano Coelho, sem falar em Everardo da Cunha Luna e Nelson Saldanha, já inscritos em concursos de docência-livre; e outros que, sem terem sido pròpriamente meus alunos, como Lourival Vilanova e Rui Antunes, assistiam, frequentemente às minhas aulas. Na cátedra de Direito Romano da Faculdade Nacional de Direito está Vandick Londres da Nóbrega, e na de Direito Civil da Faculdade de Direito de Niteroi, Regina Gondim, em véspera de alcançar mais duas cátedras: uma na Faculdade Nacional de Direito e outra na Faculdade de Direito da Universidade do Distrito-Federal.

Mas, meus caros amigos, a trama da existência, nem sempre a conduz a nossa vontade: entretece-a, muitas vezes, a fôrça dos imponderáveis, que nos envolvem, dominam e arrastam.

Assim, por duas vezes, e em lapsos de tempo consideráveis, o meu espírito público adormecido no intelectual foi despertado, de modo imperioso e compulsivo, por fatos inelutáveis de interêsse coletivo, a que tive de subordinar a minha conveniência pessoal, respresentada pelos meus planos intelectuais.

A primeira vez na memorável campanha de redemocratização do País, escravizado, enxovalhado, humilhado pelo regime diatorial, da qual participei, ativamente, à frente de meus alunos desde a primeira hora.

Nessa luta tremenda, perigosa, desigual pelo retôrno da Nação ao sistema constitucional democrático e sua consolidação, em que me empenhei com idealismo e combatividade e em que tudo expuz à fúria ditatorial — a cátedra, o socêgo, a segurança, a liberdade, e, até, a vida —, perdi alguns anos que projetara dedicar, exclusivamente, à minha cétedra e à continuação da minha obra jurídica.

O jurista teve, porém, de ceder o posto ao idealista e ao cidadão. E houve, até, quem a propósito disto dissesse com excessiva generosidade que o mestre de Direito era, também, mestre de civismo. Dêsse agitado período da minha vida, tereis uma visão aproximada através dos meus discursos enfeixados em livro atualmente no prelo.

E mal cessara tôda a minha participação na vida política, de que me afastei absolutamente desiludido, verdadeiramente enjoado e completamente convencido, de que nem os líderes políticos (salvo raras exceções), nem a massa brasileira estavam à altura da incomparável beleza e dignidade do regime democrático e da grande missão de restauração moral, econômica e financeira do País, devastado pela obra nefasta do Estado Novo, sobretudo no domínio econômico-financeiro, cujas consequências desastrosas, catastróficas hoje nos desgraçam e angustiam; e mal recomeçara eu, silenciosamente, o meu trabalho intelectual tão penosamente interrompido, nova convocação me fazem, desta vez não de lá de fóra, da política, pois as convocações que de lá vieram depois acharam-me surdo e impassível, senão daqui de dentro mesmo, desta Faculdade.

Aqui, até 1951, tudo ia muito bem: magnífico ambiente de estudo, de trabalho, de ordem e de disciplina; anbiente amável, cordial, elevado, como deve ser num instituto superior destinado ao ensino e à cultura do direito.

Concluira, nêsse ano, o curso de bacharelado uma das melhores turmas, que por aqui passaram, turma admirável pelo brilho da inteligência, pela seriedade dos estudos, pela simpatia humana, pela elegância moral e pela altivez das atitudes, de que tive a honra de ser paraninfo, e em que figuravam, entre outros, José Meira, Jackson Gouveia de Barros, Humberto Lucena, Egídio Cavalcanti, Germano Coelho, Cleofas de Oliveira, Airon Rios, Múcio Ribeiro Dantas, Claudionor Santos, Solyr Miranda, Oliveiros Litrento.

Porém de 1952 a 1953 piorou tanto o clima desta Escola; transtornou-se de tal modo a sua vida sob o império da desordem e da indisciplina; desceu tanto o seu nível moral e cultural, culminando tôda essa decomposição, anarquia e decadência na greve de 1953, deflagrada, estupidamente, por um grupo de aventureiros, sob o pretexto da mudança das aulas do horário da manhã para o da tarde, mantido o da noite, — mudança essa da maior conveniência e necessidade para os interêsses do ensino e da cultura, como o demonstrei, depois, irrefutavelmente, quando Diretor, no meu relatório referente ao primeiro ano de meu mandato, — que tive de atender ao apêlo caloroso que me dirigiram os colegas para que aceitasse a minha candidatura a Diretor na eleição de janeiro de 1954.

Em 1951, recusara, terminantemente, a minha indicação para Diretor sugerida com insistência e entusiasmo pelos

meus colegas, porque, então, me não defrontava, de modo nenhum, com uma situação da Faculdade, em que, perante a minha consciência, me julgasse compelido a aceitar êsse presente de grego, que iria atrapalhar tôda a minha atividade de mestre e de escritor.

Em 1954, ao revés, eu próprio que liderara a Concregação em face do movimento grevista de 1953, sem ter as obrigações e a responsabilidade de Diretor, que o não era, encontrava-me, por fôrça mesmo daquela situação de rebeldia e indisciplina, diante de uma encruzilhada: ou deixar, definitivamente, a Faculdade, renunciando à minha cadeira conquistada à custa de enormes esforços e sacrifícios e exercida com imenso amor, afim de fugir à desordem reinante e insuportável para um verdadeiro homem de espírito; ou, então, atendendo ao apêlo dos meus colegas, aceitar a Diretoria, e, corajosamente, arrancar a Faculdade do cáos em que se abismava.

Cómo qualquer de vós o faria, sensatamente, se estivesse na minha posição, aceitei a Diretoria.

Lutei destemidamente, bravamente, enfrentando tôdas as dificuldades, todos os obstáculos e tôdas as hostilidades dos empreiteiros da desordem, e consegui, enfim, por a casa completamente nos seus eixos. Mas, como deveis calcular, o resuldado de tudo isto foi que, absorvido, totalmente, por essa peleja diária e titânica, para resolver satisfatòriamente e sem quebra da autoridade e do decoro da minha função de Diretor, num meio excitado e hostil, fonte permanente de incidentes, choques, preocupações e desgostos, os complexos e delicados problemas da Faculdade, entre os quais avultavam o restabelecimento da ordem e da disciplina, a moralização da vida escolar e a realização dos concursos de cátedras vagas e de docência-livre parados há anos, tudo isto consumindo-me, integralmente, o tempo de trabalho, tirando-me o sossego e perturbando-me a saúde, não só se dificultou a regência da m i n h a cadeira, senão, também e principalmente, se interrompeu a execução dos meus planos de escritor.

E vêde bem como são envolventes, traiçoeiros, caprichosos os fios que entram na misteriosa composição da teia do destino e da vida: por causa do meu ensino e da minha obra jurídica, sonhos maravilhosos da minha adolescência, ideais supremos de tôda a minha vida, embaraçado um e interrompida a outra pelo exercício da Diretoria, renunciara eu aos proventos da minha banca de advogado e à administração do meu patrimônio, que, é de mister esclarecer, não representa senão a projeção, na esfera dos negócios, da minha infatigável atividade de trabalhador intelectual.

Dêsse modo, para servir a Faculdade, terminei por imolar, ao mesmo tempo, assim os meus maiores intersses pecuniários, como as minhas mais caras aspirações intelectuais.

Meus amigos:

Eis aí, em resumo, a história do porquê vos não pude dar o que merecieis, e que, noutras condições, vos teria dado com abundância e desvanecimento.

De uma coisa, porém, podeis estar certos: o meu pensamento e o meu coração sempre vos acompanharam nêstes últimos quatro anos. Se assim não fôra, como poderia eu conhecer-vos a todos, tendo na minha memória o nome e a fisionomia de cada um, circunstância que, talvez, não tenha ocorrido entre vós próprios, de um em relação aos outros?

Diz-me, também, a consciência que sempre vos julguei com justiça, atribuindo-vos as notas de acôrdo com o merecimento de cada um e as conveniências didáticas, de sorte que os autores das melhores provas, notoriamente os mais capazes, obtinham as notas mais altas.

Se, nos dois primeiros anos do meu curso, julguei as provas mais fracas com algum rigor, que, suponho, deve ter causado a princípio certa estranheza, fi-lo, exclusivamente, com o superior propósito de vos estimular para o estudo mais sério e aprofundado do direito civil, disciplina fundamental para a formação do jurista e de importância decisiva para a vida prática.

Não há dúvida, porém, de que, afinal, bem me entendestes, sentindo e apreciando, devidamente, o meu honesto proceder, a minha preocupação pelo vosso futuro intelectual e a minha simpatia pela vossa turma, como o revela a escolha do meu nome para vosso paraninfo, máxima e inesquecível demonstração de afeto e de aprêço, que me destes em significativa votação.

Como me alegra e reconforta receber, agora, esta vossa carinhosa homenagem, justamente numa hora em que, por desejo meu, lobrigo, não mui distante, o encerramento da minha longa, trabalhosa e agitada carreira universitária, para me devotar, inteiramente, à tarefa de escritor e de cientista do direito, se a grande inimiga, de foiçe à mão, não me vier surpreender no meio do caminho.

Êste é, assim, um instante festivo e tocante de quasi despedida ou de pré-despedida, em que vos abraço emocionada e demoradamente e vos manifesto, de todo o coração, o meu profundo reconhecimento.

1) Discurso pronunciado de improviso na Faculdade de Direito da Universidade do Recife, em 19 de junho de 1959, na ocasião em que os bacharelandos de 1959 comunicaram ao orador a sua escolha para paraninfo.

existencialismo e filosofia do direito

roberto cavalcanti de albuquerque

É incontestável a importância das chamadas filosofias da existência na revisão contemporânea dos conceitos metafísicos e dos fundamentos da ciência, e no esfôrço que se empreende para abarcar a totalidade da condição humana.

Partindo da meditação essencialmente religiosa de Kierkegaard como uma reação contra o pragmatismo e o idealismo absoluto de Hegel — e Hegel representa para Kierkegaard a tradição filosófica que remonta a Platão e talvez a Pitágoras — propõem-se as filosofias da existência substituir o espírito de sistema e de análise abstrata e técnica por um outro estilo, um novo modo de visualizar o real. Ao espírito científico de análise vai opor-se o empenho de compreensão global do ser; a adesão à realidade — entendida como facticidade — importará mais que a coerência das categorias ou a lógica dos sistemas. O rigor lógico-explicativo cede lugar a um estilo descritivo ou "técnica del conocimiento descriptivo" (J.Marias), cuja forma acabada encontra-se na fenomenologia existencial de Heidegger.

Mas, em que medida as filosofias da existência, consideradas aqui sobretudo no seu aspecto metodológico, podem contribuir para o moderno estudo da filosofia do Direito, na reformulação dos fundamentos do fenômeno jurídico? Seria o Direito, na objetividade do seu ordenamento normativo, suscetível de análise existencial?

Muitos contestam a cientificidade das filosofias de existência como estrutura intelectual do conhecimento e a pobreza do seu ponto de partida. A compreensão das estruturas objetivas do mundo — dentre elas o Direito — seria-lhe inacessível. Assim, Charles Donius, em artigo recente (Existetialisme, Phénomenologie et Philosophie du Droit, in Archives de Philos. du Droit, Paris, 1957) refere-se repetidamente à impossibilidade de uma formulação existencial do Direito. E argumenta: para Sartre, por exemplo, "l'homme est liberté. Et nous n'avons ni derrière ni devant nous, dans le domaine lumineux des valeurs, des justifications et des excuses" (J. P. Sartre,, L'existencialisme est un humanisme, p. 32). A liberdade é, assim, o único fundamento dos valôres, a liberdade é absoluta. Nestas condições, observa Charles Donius, "aucune rencontre n'est possible entre ma liberté absolue et une contrainte historique: d'avance, le phénomène du Droit nous échappe." A existência encontraria, então, o Direito como um dado objetivo, como um elemento de sua situação; o homem estaria em face do Direito na alternativa de ultrapassá-lo ou de submeter-se-lhe cegamente. Nos dois casos, destinado a perder sua liberdade existencial. A existência manter-se-ia em face do Direito, como diante de qualquer dado objetivo do mundo, na distância da ambigüidade (Jaspers). E conclui o prof. de Strasbourg: "s'il y a tension et dialogue entre l'existence et le Droit, c'est parce qu'il existe un divorce entre les philosophies de l'existence et la science".

A excessiva simplificação de tal raciocínio é evidente. O pretendido divórcio entre a existência e o Direito parece nascer de uma concepção demasiado normativa do último. Para o prof. Charles Donius, o Direito é concebido como um "ensemble de normes appliquées dans le cadre social", como uma estrutura lógico-positiva. O Direito é aqui identificado com Lei, assimilando-se quase ao "positum" conteano. Quando, do ponto de vista de sua análise existencial — que parte da subjetividade humana, o Direito apresenta-se, não no seu aspecto normativo, mas como uma realidade fenomênica, pertencente ao âmbito do agir humano. como realidade de conduta. Direito é conduta, vida humana vivente (Cossio). E não norma, que é sua expressão conceitual, um juízo lógico do deve-ser sôbre a conduta, único capaz de captar a liberdade que lhe à imanente.

Não cabe, pois, considerar o Direito sòmente no seu aspecto conceitual, mas, principalmente, no seu aspecto existencial: como realidade de conduta. Porque, para os filósofos da existência, tôda verdade e tôda ação implicam uma subjetividade e um ambiente humanos; partem êles do "fait brut" da nossa presença no mundo, do existir.

E convém observar, a propósito do conceito de existência e contra a fácil generalização, a profunda divergência quanto aos- princípios, formulações e mesmo quanto às noções essenciais, existente entre os filósofos ditos "existencialistas". O conceito de existência em Sartre difere radicalmente da análise heideggeriana do ser-existente. Sartre aceita a qualificação de existencialista;- Heidegger a afasta, reiteradamente. E Jarpers já escreveu ser o existencialismo a morte da filosofia da existência. Gabriel Marcel e Kierkegaad são filósofos cristãos: Sartre e Camus são pensadores ateus. Uma obra de Sartre intitula-se "L'existentialisme est un humanisme", e Heidegger, em carta a Beaufret, tomou posição contra o humanismo (Uber den Humanismus). De formas que as diversidades entre os filósofos da existência convertem-se em

profundas oposições, e não cabe partir, para uma análise existencial do Direito, do "existencialismo" ou da filosofia da existência, generalizações vagas.

É a obra de Heidegger que se tem tomado como ponto de partida na moderna reformulação dos fundamentos do fenômeno jurídico, na tentativa que se empreende de análise existencial e fenomenológica do Direito como objeto cultural (Maihofer, Cossio, Donius, J. Vilanova... etc.).

Martin Heidegger não possui filosofia do Direito. Rechaça mesmo qualquer tentativa de análise do Direito como estrutura objetiva do real, a partir de sua obra básica, "Sein und Zeit". O problema fundamental de sua especulação filosófica diz respeito ao Ser (Sein), questão capital da filosofia. Mas, para Heidegger, a pergunta sôbre o Ser (Die Frage nach den Sein) só é possível a partir da análise fenomenológica do ser que interroga sôbre o Ser: o homem, ser ontológico, o *Dasein*. Por que Dasein? É que nós somos, antes de tudo, Sein. O advérbio *Da* situa o homem "em o mundo", como o ser que está essencialmente no mundo; Dasein é o ser-no-mundo. O homem apresenta-se, pois, radicalmente lançado no mundo; e o seu modo de ser é, para Heidegger, a existência. O têrmo existência, porém, não tem aqui o seu sentido tradicional. Heidegger emprestou-lhe nova grafia (Eksistenz) para marcar o caráter extático dessa estrutura fundamental do Dasein. Existir é sair fora de si mesmo, é estar-no-mundo, em presença do Ser. A fórmula "das Wesen des Daseins liegt in seiner Existenz" significa, a despeito da interpretação sartriana, que a essência do homem reside no fato da sua presença no mundo e da sua abertura para o Ser. Existir é, pois, transcender, na medida em que transcendência é um ato. Transcender para o Ser, transcender para o mundo, eis a definição do "ek-sistente". Mas o Dasein está também ligado à temporalidade, em sua contínua projeção para o futuro. Nós nos decidimos ao considerar o futuro; somos, sem cessar, um transcendência para o futuro.

Vê-se que um certo numero de empregos tem para Heidegger a palavra transcedência. Tal vocábulo explica o fato do homem se ultrapassar, incessantemente, a si mesmo. Transcender, aqui, é um ato que o homem pode realizar, partindo para algo diferente de si mesmo. Vimos que o homem, como ser ontológico, transcende para o Ser. Que trancende também para o mundo. Que transcende ainda para o futuro. E sabemos, enfim, que êle transcende para os *outros*.

Com efeito, existimos enquanto estamos em comunhão com os outros. O Dasein é, sempre e ao mesmo tempo, *Mitsein*, o ser-com. Estar no mundo é estar em comunicação com o outro.

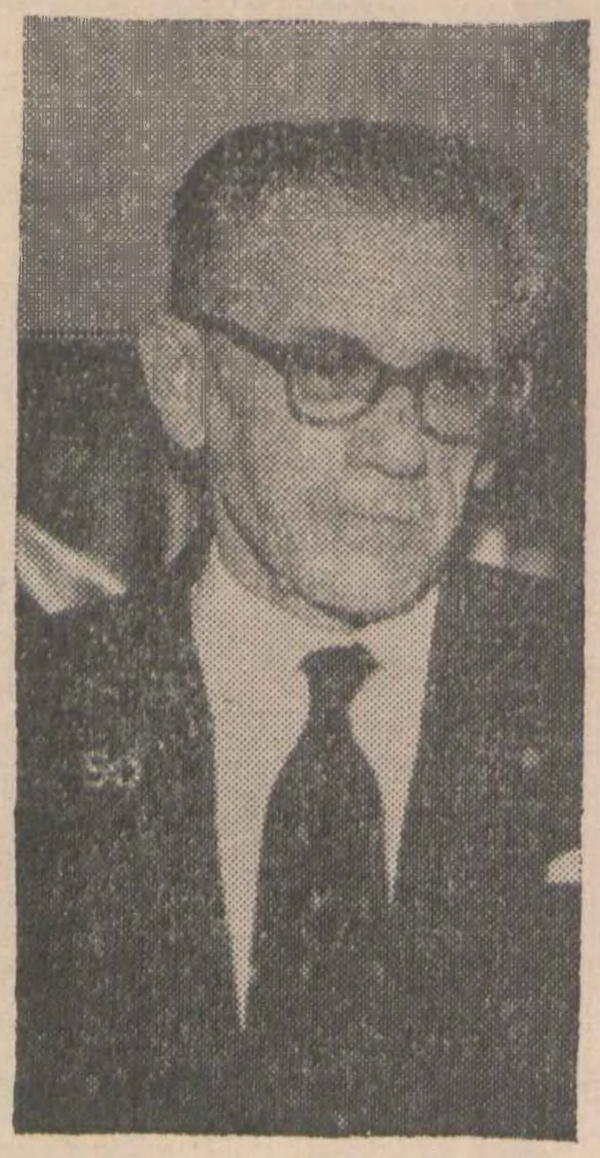
Mitsein: a dimensão social do Dasein, a dimensão coexistencial do homem. Implica a idéia de comunidade como conduta compartida, como coparticipação. Eis o ponto de partida para uma análise existencial do fenômeno jurídico e para a formulação de uma ontologia jurídica como ontologia particular. Direito, como realidade fenomênica, é conduta. E o ser da conduta — conduta relevande para o Direito como formulação teórica — apreende-se a partir do conceito de liberdade existencial e da análise da existência humana como co-existencial (Mitsein).

A afirmação da liberdade como substancial ao homem é lugar comum na filosofia do nosso tempo e exclui tôdas as formas de determinismo (R. Virasoro) Liberdade entendida como dever-ser existencial, porém sempre liberdade em situação, limitada, circunscrita. Conduta é liberdade fenomenizada, com sua imanente referência a um *ego*, liberdade em presença (Cossio). Mas, como a existência humana é sempre coexistencial, não cabe considerar a conduta sòmente no seu aspecto subjetivo. O que faço pode vir coordenado com a ação ou a omissão de outro, no seu atuar livre. A conduta deve ser considerada também como coparticipação, em sua interferência intersubjetiva de ações possíveis (Del Vecchio), passando a constituir-se objeto do conhecimento jurídico. A alteridade jurídica refere-se à intersubjetividade do comportamento, à ação compartida (J. Vilanova). Um ato de alguém, enquanto está ou impedido ou permitido por outro, resulta ser um ato conjunto de ambos.

Chega-se assim a captar o objeto do conhecimento jurídico, no seu sentido existencial, como realidade fenomênica, como conduta em coparticipação. E sem a interferência do elemento normativo. A norma é um dado lógico, conceitual. Funciona como esquema de interpretação da conduta, como proposição imputiva. A relação entre norma e conduta é uma relação gnosseológica entre conceito e objeto. Norma é a conceitualização da conduta livre do homem, juízo de dever ser lógico sôbre a conduta fáctia. Juízo ônticamente adequado para apreender o deve-ser existencial; fórmula capaz de fornecer o sentido da conduta sem comprometer-lhe a liberdade efetiva.

Restaria, finalmente, considerar a conduta, não mais no seu aspecto ontológico, mas sob o prisma axiológico, na sua constante referência a um valor. A liberdade só pode manifestar-se diante de conteúdos de valor; do contrário, permaneceria no plano da pura potencialidade. Ora, conduta nada mais é que essa liberdade patentizada. Supõe eleição, escôlha. E a norma, como juízo ônticamente adequado para captar o dever-ser da conduta, considerará, necessàriamente, o seu conteúdo valorativo, elegendo valôres, objeto da proteção jurídica, que são os

(*Cont. na pág. 44*)



O novo reitor da universidade do recife

Repercutiu simpàticamente não só nos círculos ligados à Universidade, como também em todo o Recife, o ato do presidente Juscelino Kubitschek, que escolheu o Prof. dr. João Alfrêdo, novo Reitor da U. R.

O Prof. dr. João Alfredo Gonçalves da Costa Lima, é uma das figuras mais prestigiadas da sociedade pernambucana.

Professor fundador da Cadeira de Anatomia e Fisiologia Artísticas da Escola de Belas Artes, foi indicado em 1948 para exercer as funções de Diretor dessa Escola, sendo reconduzido sucessivamente durante mais de um decênio àquêle alto pôsto.

Eleito em 1952, pelo Conselho Universitário para o cargo de Vice-Reitor esteve várias vêzes na direção da Reitoria, cuja atuação destacada fêz com que merecesse — com o falecimento do magnífico Reitor Joaquim Amazonas — a sua direção.

Os acadêmicos de Direito — através da sua Revista "ESTUDANTES" — felicitam o Magnífico Reitor dr. João Alfrêdo.

E MERCANTILISMO ELEITORAIS

CORONELISMO

MARCOS VINICIOS VILAÇA

Muito se tem falado na generalizada crise democrática, quando não, de várias crises da democracia. No Brasil, onde ela ainda dá os primeiros passos num verdadeiro engatinhar, vemos como são acerbas as críticas que lhes são feitas. Desancam-lhe na forma de representação popular, na pletora partidária, na inaplicabilidade para a gente brasileira e em outros óbices.

Temos de convir que há enfoques realmente falhos no sistema democrático mas que não obscurecem as virtudes do todo. Ainda que referidos êsses pontos, a grandeza do conjunto não perde suas qualidades positivas.

O processo eleitoral brasileiro toma feição perigosa, quando diferentes usos aparecem demonstrando claramente que não forcejamos pela solidificação do regime. Fica provado não haver empenho pela maior segurança democrática, ao se perceber que do caudilhismo passamos para o mercantilismo. Saindo de um êrro, caimos noutro, de consequências catastróficas, pelo lado moral e pelo aspecto ideológico. No coronelismo está o ranço da ditadura, uma autêntica fase em que os velhos métodos ainda influenciam, pela fôrça social, pelo ardor político e por deteminada manifestação de disponibilidades financeiras. O mercantilismo eleitoral já é a desgenerescência democrática onde políticos e eleitores exercitam-se no vendilhonismo. Da estação de limpeza, de purgação, fomos parar na decrepitude de consciências.

Substituiram-se os meios do mandarinato pela compra e venda do voto. A sistematica enveredou pela trilha mais sinuosa. Em se votar coagido, contra a vontade própria e se sufragar na auto vendagem de consciência, claro que a última forma é mais vil. Daí dizermos que, entre o coronelismo e o mercantilismo, fique-se com o primeiro, menos achincalhante, menos mau. No "coronel" ainda se podem vislumbrar interêsses por determinada coletividade — os correligionários —. Interêsses que semanifestam na escolha de coletor e fiscal de rendas, amigos de comerciantes aliados; de cabos e comissários de polícia que amparem amigos e "façam justiça" aos adversários; de professôras que ajudem o aliciamento de eleitores; tudo na salvaguarda do rebanho, o que lhe dá voz forte junto ao govêrno, pelo menos, na pré-eleição.

O eleitor que sufraga os candidatos do coronel, que é patrão, padrinho, comprade, médico, advogado ou coiteiro, porque qualquer um dêsses pode ser revestir das características institucionais do sobismo, peca menos que quem o vende por pouco mais de nada. Quinhentos ou mil cruzeiros são quase nada para que o homem, como um burro, murche as orelhas. Menos indigno beltrano ou cicrano, sem outras indagações que não o dever de gratidão ou o por fôrça do medo poderio discricionário do "chefe"; que manda "correr" e desmoralizar, quando o matudo vem a feira; que remove a professôra para rincões "nunca dantes navegados" ou palmilhados, pois o sertão não tem o que se navegar; que manda um "cabra" serviçal e atrabiliário provocá-lo, desrespeitá-lo e mesmo matá-lo diante da família.

O mercantilismo já é mais execrando, na desprimorosa e humilhante venda do voto. Negocia-se vilmente, no maior desprêzo à consciência, recebendo a paga injuriosa, elastecendo a moral a fim de que o pseudo cidadão enverede por dois caminhos: venda o voto sufragando quem o comprou ou — o que é pior ainda — engane o comprador depositando na urna outro sufrágio, enterrando alí, vergonha, dignidade e correção. Vende um direito e uma honra suas a trôco dos mais inglorios dos dinheiros.

As demarches políticas da hora presente têm levado em conta essa preponderância pecuniária dos candidatos no processado eleitoral. Nas próprias câmaras os deputados coroneis — ou filhos de coronéis — têm cedido lugar aos plutocratas. E êsses chegaram à conclusão de que vale a pena gastar por uma cadeira legislativa. Encoum pouco o título mesquinho de "seu fulano" pelo de "deputado" no gôzo extremo de suas vaidades de novo rico; ficam semi-livres de tributos e fiscalizações fazendárias; tornam-se mais fáceis as negociatas; contam com o bafejo oficial ou oficioso para os seus investimentos, pôsto, nunca fazem oposição. São homens mui leais e afeiçoados ao aconchêgo palaciano.

Quem se der ao trabalho de observar o ocaso coronelista haverá de sentir o ascender do mercantilismo eleitoral. E os próprios mandarins estão se apegando aos compradores de votos numa tentativa deradei-

(Continua na pág. 13)

17 POEMAS

FRANCISCO
AUSTERLIANO
BANDEIRA
DE MELLO

SÓ

Se fores de noite
serás um estranho
cordeiro perdido
no próprio rebanho.

Se te despojares
das vestes na areia,
despido serás,
sempre, o último conviva
destas ceias.

Não, nunca terás
êsse amor sagrado
de que necessitas.

Sempre viverás
só, abandonado
em tudo que habitas .

27-1-53

O AVIADOR

Pois, antes de ser pássaro (em metal
as asas não lhe dão nenhum confôrto)
êle é um homem de bronze, absorto
em seu retôrno verde, principal.

A espera já é um aeroporto.
E, mesmo dirigindo na certeza
de relógio sua rota, traz, acesas
nos seus olhos, as vésperas de morto.

Morre para ser livre, ser comparsa
das nuvens pois o chão é uma farsa.
Galhos de sol, entrando nas vidraças

dos pássaros, caindo pelas praças
do vento, lhe convidam para o sono
verde, limpo, molhado de abandono.

1954

POEMA DE MOÇO

Nada me diminui.
Já não me lembro mais
do que fui
no minuto que ficou atrás.
A minha fôrça é o querer
o meu dom é o de viver
e não é pouco.
Nos meus braços o sangue flui
perene como um louco.
Profundos os novos ademanes
que a presença antiga e quente
dilui.
Viver é começar novamente
é andar sempre para frente
(quer como quer o chames)
A vida é um aceno
e nada me diminui
— Deus é pequeno.

10-2-55

POEMA DE VELHO

Insisto
e não desisto
— quero morrer.
Já vivi demais o que podia viver.
O sol já não arde
e não quero fazer alarde
de sofrer.
Prefiro êsse frio,
noturno e belo,
desejado, tardio,
da morte: nesse carro atrelo
a minha alma. Não temo êsse fôgo,
êsse amargo, êsse espinho, nenhum objeto
de suplício.
O que temo é a vida (êsse jôgo,
êsse cilício)
Temo êste corpo vivo e abjeto.

3-55

OS MORTOS

Mas que amargura!

Sabe-se que o mundo vai girando lentamente;
na sala iluminada todos estão calados.
Na partida giratória do sete e meio.
Por que êsses olhares de vidro?
e por que êste sabor, ótimo, de cadáver?
Todos estão trespassados pelo tempo.

E afinal todos comeram do mesmo tranze:
la fora chovia princípios de mundo
e ninguém ousava recomeçar.

4-5-56

SÓ

A minha face, sôbre a face da mesa,
(imóvel) pensando.
É impossível falar
é impossível apertar outras mãos.
Sinto a melancolia dos talheres brancos
cruzados sôbre uma mesa fria que ninguém
[ocupará.
Tenho a memória debilitada:
mais não me lembro de tudo o que passei,
do que sofri.
Calado, pàlidamente calado, estou.
Meu coração é amargo,
largo é o meu sorriso, e dúbio,
mas nada eu bebo nem beberei.
Estou hipocondríaco, sofrendo incompreensão.
Ó êsses comércios, êsses vestidos, estudos.
Fiquei esperando a moça que não passou.
A tarde irrompe, a tarde irrompe
em minha solidão sem solução.
Venham amigos!
Venham mulheres!

3-55

NO RUMO DA MELANCOLIA

Se tomares um copo
talvez sintas saudade;
se saires andando,
sem destino e nas horas da tarde,
talvez sintas saudade
Não escaves os bolsos
sem caixas-de-fósforo
sem lenços, retratos.
Se beberes a sós
talvez doloroso
o existir se torne.
Vieste melancolia?
Todos têm lembranças
de uma pobre amiga,
todos fazem silêncio,
todos fazem viagens,
projetos, disfarces
onde alguém se esconde.
Um homem não fuma
e êle vai caminhando
sòzinho por dentro da noite.
Há um amigo distante
um castelo erguido
(tão frágil entre nuvens)
uma tosse doendo
escolas de engenharia
perguntas, silêncios, respostas
cinzas, cinzas, cinzas...

O GALO

Acorda às madrugadas
de capa e espora
com suas pernas de veludo, arame
com a sua crista de cristal, de sangue
com a sua voz rouca
com o seu clarim: o galo.

Olhar que mede
o impossível espaço!
Guerreiro alado
um pouco
ex-futuro toureiro
e o sol brilhando
nas suas dragonas de general.

A sua vontade é correr, ciscar
andar de banda
saltar o espaço
levantar o pescoço
agitar as asas
beijar as areias, os ventos,
as galinhas.
E sobretudo fechar
mansamente os olhos.
Gosta de cantar!

Olha maliciosamente
os puleiros
mas não relembra aquela ave linda
vermelha
aquêle volume colorido:
comprou o ouro do equilíbrio
e da alegria.

9-55

EXPERIÊNCIA 3

Intercecciono
lúbrico
lente.
Avanço denso.
Interregno do azul.

Alvo pudor
escarface dourada
molhando
o pranto e a água.

O aquário sem peixe
cubos sonâmbulos
tecido
ferida azul, ridente
mecânico.

O ARQUEIRO

Sem alaude, com sua voz escura,
com as suas roupas de amianto e luz,
é um manso momento de escultura,
estátua ou chama entre os campos azuis.

Magnético, entre os verdes arvoredos,
(os incognitos olhos repousados,
nos lírios, nas águas e nos mêdos,
nos leões de nuvens procurados)
é um silêncio sempterno e mouro.
E a banhar-se na louça de seus olhos
belos, uma orquídea do outono e sua.

Traz na bainha uma flexa de ouro,
no brasão, em velhíssimo vermelho,
um hierofante, uma moça nua.

12-4-57

ENCONTRO (À JACQUES PREVERT)

Êle disse
— Vera!
e ficou olhando
e ficou sorrindo
e ficou esperando
e ela parou
e ela olhou para êle
e ficou olhando
e passou um automóvel
silenciosamente
e passou um homem
despreocupadamente
e não passou mais ninguém
e ela veio andando
lentamente
e êle ficou esperando
serenamente
concentrado
lentamente
e êle disse
— Vera!
e ela tocou nas suas mãos
e êle dizia
Vera! Vera!
como se só isso soubesse dizer
e ela sorria...
E como pássaros leves
de mãos atadas
os dois sairam
silenciosamente
andando, andando
pelo parque sem fim.

1-6-56

O PRINCIPE

Paira no ar, acima dos vagalumes,
aquêle cuja imagem de noite eu persigo:
na retidez-alvor de seu delírio
entre os inumeráveis passa, erguido,

e brando, olhando o azul alucinado
igual às coisas que se reconhece.
O que êle toca, contamina de azul.
No seu espêlho onde brilha o semblante
do sem-fim, da infância, dos futuros
— uma vermelha imagem do mistério —
o pássaro de mão armada clama
o perfume das infâncias perdidas

o desespêro de estar no chão.
E, como um lírio dormindo distante,
mirando as Ofélias dos lagos enfermos,
nas tardes, o olhar iluminando e frio,

flor, perceptìvelmente êle cresce,
perturbado porém sem limites.
Lúcido e aéreo como num sonho
o obscuro interior do Cavaleiro

Alucinado cultivando esperas!
No anjo-luz da sua fronte erguida,
que nem de longe a morte pode beijar,
êle sente o suor das noites perdidas
e da noturna angústia de ter alma,
a amarela ascenção do seu desespêro
o rubro e sofrido sangue da sua glória
a gênese augusta de sua perdição.

E eu me compadeço da sua jornada!

26-5-56

SONETO A ORFEU

Nos limites escuros dos espelhos
o isento sósia põe a fronte acesa:
luz a cortar o vidro das palavras
e, limpa, a iluminar os seus cabelos.

Incontinenti nascem da memória,
lago azul onde narciso adormece,
as resistentes e macias metáforas:
verde febre suando na madura

carne. Lúcido e líquido silêncio
dentro dos olhos quentes e tranquilos
(a roupa de amianto) do engenheiro

dissolve os neutros laços do enígma
aterrissando em noite transparente.
Pois, no vidro, é o instante de Orfeu.

21-1-55

SONETO

O pássaro imaturo já se foi
— tão íntimo e futuro! — No calor
perene de abril êle abandonou
o azul que antigo e quente Orfeu constrói.

E foi ser pássaro esquecido, rente
ao espêlho onde a memória se revela,
fabrica o verde interior fluindo
e as coisas mortas são profundas, belas,

No espêlho o lírio mineral dormindo
(o horóscopo no sono é transparente)
fabrica o verde interior fluindo
de olhos em chamas, acídulos e quentes.

Ó folha flúida, pássaro narciso,
morrer é belo, simples e preciso.

9-4-55

2.º EXERCÍCIO DE AMOR

Debaixo desta plataforma do Espaço
nós dois unidos
entre luas e sputiniks
nós dois unidos
Madeleine

desacreditados
da ONU URSS UEA
confiando apenas em nosso amor
íntimo particular e eterno
na nossa nostalgia de bêbados
imensos
deitados na plataforma do infinito.

Desacreditados de tudo
de todos os universos e dos sonhos
acreditamos ainda no amor, Madeleine,
porque o sentimos em nós
sem esfôrço próprio nem vômito
e êle é eterno.
Eterno, Madeleine.

Pernambuco, 1958

RESSENTIDO

Poema Quase Sempre Meu

Grão favor que prometieis ofertar
já recusa um coração que chora:
alguém que de tal forma a quisesse
que a não tê-la não quisera ter mais nada
sofreria grande mal, formosa senhora.
De vos perder a mágoa não é pequena.
Nem para amar nem para servir,
pois que tão bem sabeis cambiar,
não mais vos quero, senhora, para mim.
Digo-o de alma grande e mui serena.

Se tenho coração e sei amar
tôdas as coisas que no mundo são
o são, senhora, tôdas para mim
— O resto é esquecer o que me acometeu
no jeito velho de esconder as penas.

3-6-56

PAISAGEM MARINHA

Ontem Elsa boiava, indiferente,
no denso azul de espuma e de cristal.
(Ao longe vidro azul, de sol e sal,
desciam nimbos de fôgo, lentamente).

Submersa, ela era um peixe de rosas,
adormecida, bela, transparente.
Galhos de sol douravam suavemente
a sua carne tranquila e gloriosa.

Que as doces canções de sol e exílio
de si mesma, Elsa vinha escutar
no horizonte sem fim da tarde calma.

Porém, ao som azul do mar tranquilo,
muito mais bela do que o mar,
Elsa boiava à tona de sua alma.

Pernambuco, 5-3-59

CORONELISMO E MERCANTILISMO ELEITORAIS

(Continuação da pág 9)

ra visando a evitar a queda. Adquirem-se cadeiras nos legislativos como se fôssem mercadorias. E o povo é o mais prejudicado com a metamorfose atual. O comprador de votos sabe que na eleição vindora não terá de prestar contas ao eleitorado; porá mais algumas lentilhas no prato e os esfomeados partirão em cima. Julgando, e nisso fazem muito bem, que as consciências são negociáveis cuidam exclusivamente do seu bem estar e que os eleitores se arrajem com o dinheiro que forneceram. E haja projeto em benefício próprio.

Porisso, acordamos com o escritor Costa Porto quando êle diz que os coronéis são o "'Bei de tunis", da Política. Vêem-lhes os êrros e males — que são muitos — sem atentar para o fato novo surgido mais desprimorosamente. Alie-se a isso um populismo jacoso e ridículo, fazendo uso indevido de idéias nacionalistas, socialistas, cristãs e até mesmo democráticas, e eis o retrato de determinado ângulo político nacional.

É preciso que deixemos de lado o coronelismo, falido e crepuscular, para uma luta contra o mercantilismo e as falsas lideranças populares, visando a fortalecer e purificar a democracia.

D. A. Presidente Também Tem Metas

O colega Luís Rangel Moreira — Presidente do Diretório Acadêmico — divulgou, dias após a sua posse, o seu programa de realizações à frente do importante órgão estudantil.

Em ofício dirigido (8 de junho de 1959), ao diretor da Faculdade, Prof. dr. Soriano Neto, o Pres. Rangel participava o início da primeira (e mais arrojada) das suas iniciativas: a sua meta n.º 1. Ela consta de reformas gerais na estrutura das dependências do Diretório.

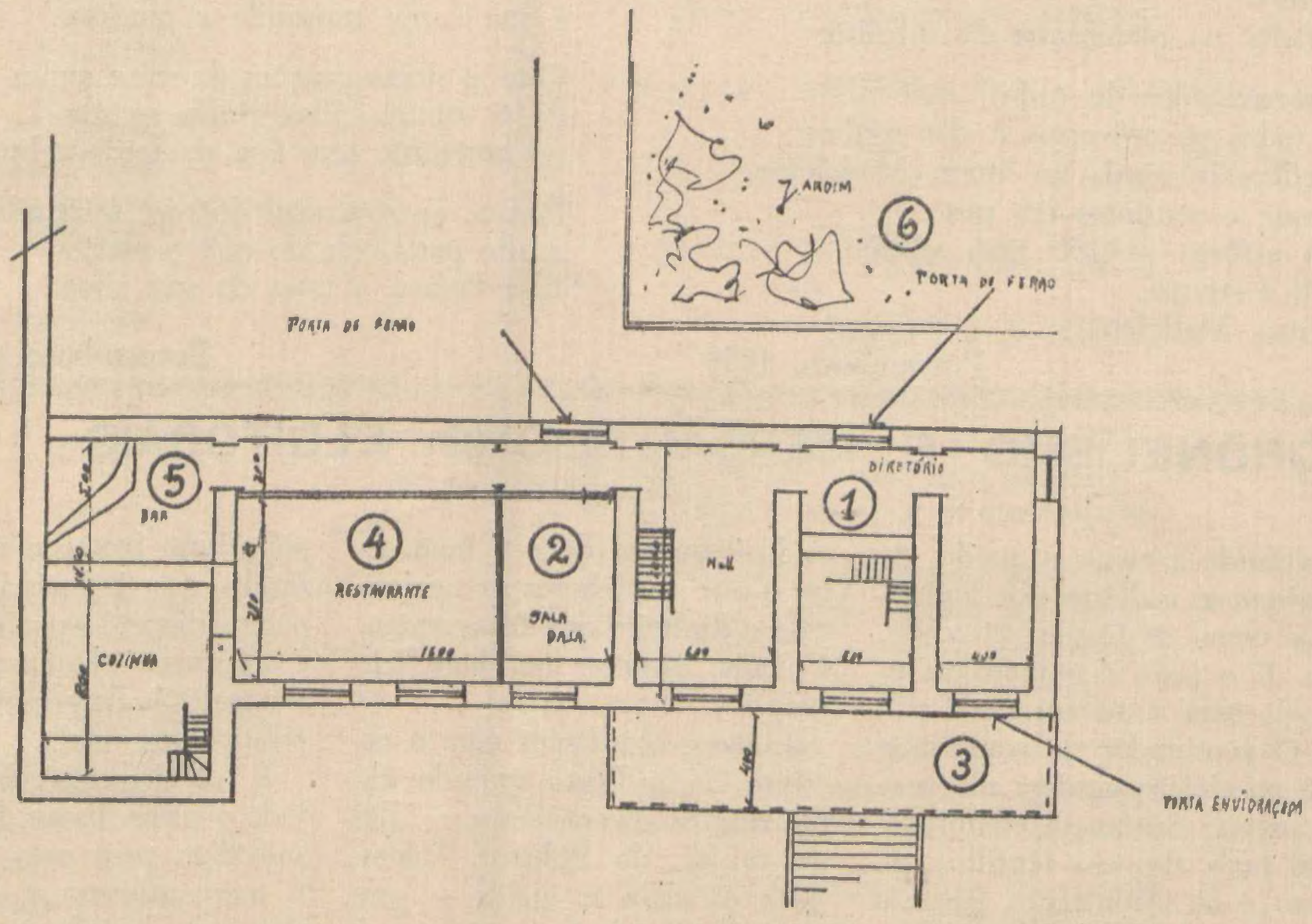
As remodelações, conforme mostra o *croquis* abaixo, refletirão de sôbremaneira em benefício do corpo discente da Escola. Assim é que a atual sala do D A que se encontra precàriamente instalada, passará a funcionar nas atuais dependências do D.A.J.A. (1). Êste, por sua vez, ficará localizado em sala (2) contígua ao Restaurante. Isto permitirá (com a colocação de uma porta independente (3), em comunicação com o *hall)* o funcionamento das atividades estudantís durante todo o ano, sem interrupções para as férias.

Por outro lado, o Restaurante (4) será ampliado (em 2/3) e ao mesmo tempo, será construído em estilo funcional, um pequeno bar (5).

Os jardins internos (6) da Faculdade, também sofrerão modificações. Em seu lugar serão colocados ladrilhos de cerâmica.

As reformas que foram iniciadas a 1.º de julho, durante o período de recesso escolar estarão concluídos presumìvelmente no dia 11 de agôsto.

As obras, orçadas em meio milhão de cruzeiro, estão sendo custeadas pela Universidade do Recife, graças ao apoio do Magnífico Reitor João Alfredo. O Projeto é de autoria do dr. Paulo Vaz, Arquiteto da Universidade.



PLANTA BAIXA

UMA INTRODUÇÃO À RACINE

João Alexandre Barbosa

Talvez o leitor, apologista do tempo presente, defensor da responsabilidade do escritor para com a sua época, empedernido companheiro de Sartre e sua teoria da literatura "engagée", sinta-se contrafeito ante o título acima e, desesperado, exclame como aquêle personagem de Shakespeare, em "Love-s Labour's Lost", o bufão Costard: "O, they have lived long on the almsbasket of words!" E, instantâneamente, passe a sentir um mal estar semelhante àquele provocado pela exalação de coisa velha saindo de um porão inabitado de casarão antigo.

Se tal combinação sensitiva ocorrer, se tal malabarismo sinestésico fôr suscitado, então, apelamos para que o leitor agregue a todos os seus sentidos ordinários aquêle sentido mais X, único capaz de descobrir, no dizer de Blake, "um mundo num grão de areia, um paraíso em uma flôr selvagem": a capacidade de percepção poética, a interação do indivíduo com o próprio momento de criação do poeta, a completa dissolução das barreiras emotivas que impedem a transcedência do eu-individual na ânsia de integração empática.

Pobre leitor, acabrunhado ante o tormento de uma operação tão complexa, tão sobrecarregada de têrmos com o seu quê de litúrgicos que mais se assemelham à senhas de uma sociedade religiosa suspeita! Mas não: até a descida de um elevador, no dizer de Cacteau, pode substituir todo o aparato verbal procedente. Ou mesmo um automóvel que para sùbitamente e que leva o poeta, no caso o nosso Carlos Drumond, a perguntar se foi a vida ou o automóvel que parou. E, para completarmos, digamos aqui com Archibald Mocleish, por sinal prêmio Pulitzer de teatro êste ano, que "a poema shoul not nean but be", "um poema deve ser, e não significar".

Ficamos, portanto, acertados, eu e leitor, de que não existe uma muralha temporal para a poesia (a não ser, naturalmente, aquela erguida pelas próprias modificações linguísticas) e que falar em Racine não significa apenas revolver velharias. Pois, quem mais atual do que Dostoievski? Ou do que Sthendal, escritor para os "happy few"? Ou mesmo Shakespeare? Ou Dante, cujo inferno já foi magnìficamente assemelhado, pelo escritor pernambucano Osman Lins, ao "1984" de Orwell? É porque atualidade em poesia, ou em literatura, se não quizermos adotar a terminologia aristotélica, é inteiramente diversa de atualidade histórica, sujeita às transformações de cunho sócio-políticas. Mesmo em artes plásticas o que mais significativo do que a espantosa atualidade do bisonte de Altamira em sua tranquila impassividade diante da morte?

Não é de espantar, pois, que Raymonde Picard, em seu prefácio às poesias de Racine, escrito para a edição das Obras Completas do poeta pela Pléiade, afirme: "Il n'y a presque rien de caduc dans Racine; il n'est que d'avoir de l'oreille et du coer: son lyrisme se fait actueli il nous devient intime et présent."

É que Jean Racine, construtor meticuloso dentro das limitações impostas pelo rigorismo clássico de Horácio ou Boileau, transfere para além de si mesmo e de sua época os problemas do homem que ainda (enquanto não surgirem imprevisíveis transformações em sua estrutura biológica) continua o mesmo. Assim , por exemplo, Shakespeare, em "The Comedy of Erros", usando dos quiproquós surgidos entre os gêmeos Drômios e Antífolos, simboliza a incompreensão do homem para com o homem, sempre retas paralelas incapazes de se entenderem apesar da fraternidade. Foi assim que Castagnino, em sua obra "Que és Literatura?" para responder à pergunta do que seja autor clássico usa as seguintes palavras de Azorin: "Un autor clássico es un reflejo de nuestra sensibilidad moderna. La paradojo tiene su explicacion: un autor clásico no será nada, es decir, no será clasico, se no refleja nuestra sensibilidad. Nos vemos en los clásicos a nosostros mismos. Por eso los clásicos evolucionan segun cambia y evoluciona la sensibilidad de las generaciones. Un autor clásico es un autor que siempre se está formando. No han escrito las obras clásicas sus autores; las va escribiendo la posteridad".

Um clássico, enfim, aquêle autor que permanece presente através das transformações operadas pelo tempo na sociedade e que consegue tal por meio de uma perpétua atualidade de sensibilidade. É aquêle para quem a sensibilidade vital de cada época — nas palavras de Ortega y Gasset — não existe: o que existe é o ser humano no universo inalterável em sua sensibilidade vital.

É Andromaque procurando salvar Astyana sem ceder à Pyrrus. É Oreste, na mesma obra, sentindo a sua condição trágica diante da vida, consciente da sua tragicidade, afirmando logo no primeiro ato: "Je me livre

en aveugle au destin qui m'entraine." Ou é Hamlet entre o ser e o não ser dando forma de arte ao problema gigantesco do nada e do todo, daquêle "néant et tout" tão angustiosamente vislumbrado pelas cordanísticas da sensibilidade de Pascal. Ou ainda as estertores quase animalescos dos seres do Inferno de Dante lembrando-nos os gritos angustiosos e os corpos desintegrados de pequenas aldeias japonêsas sob a ação de explosões atômicas.

Uma coisa, entretanto, julgamos indispensável para que nos seja lícito falar sôbre Racine: algo novo a observar, uma sutileza ainda não sentida, ou mesmo, um determinado aspecto ainda não ventilado ou, pelo menos, não exaustivamente explorado. Pois ao crítico, ou ensaísta ou, ainda, ao leitor que escreve, não é permitido ser o homem da "Orthodoxy" de G. K. Chesterton: descobrindo a Inglaterra depois de muito viajar, em pleno século XX. Ao crítico, como ao poeta, é imprescidível adescoberta da montanha no lugar de uma montanha anterior de que falam os zen-budistas. Para tal faz-se necessária uma certa dose de amor pelo que se critica. Não é senão isto o que afirma Ernst Robert Curtis, o autor de "Literatura Européia e Idade Média Latina" quando, em ensaio sôbre Marcel Proust, diz: "Se a filosofia tem suas raízes no espanto, a primeira condição para a crítica é que certas coisas impressionam o crítico. Ambos, o filósofo e o crítico, não se relizam a não ser integrando-se totalmente ao objeto.

Pois bem, — para voltarmos à terminologia zen-budista — a nossa montanha anterior era o poeta dramático Racine que sùbitamente se transmudou no Racine autor de "Cantiques Spirituels". E dizemos transmutação pois cremos não existir nenhuma ruptura da estrutura poética entre uma e outra feição do mesmo poeta. Embora no Racine de "Andromaque" nos deparamos com o helenista influenciado pelas leituras de Sófoles e Eurípedes e no Racine dos cânticos encontremos já o cinquentão revivendo influências jansenistas de Port-Royal, em ambos os casos está sempre presente o trágico com o seu quê de Pascal (ah! as leituras assíduas das "Provinciais"!) para quem o silêncio agressivo dos cosmos não significa ausência de caridade e de amor. Tanto em um como em outro existe a consciência da tragicidade, já referida no personagem Oreste, e que foi exaustivamente estudada por Lucien Goldmann em seu livro "Le Dieu caché".

E diante do teatrólogo Racine, lidando admiràvelmente com as palavras em busca do têrmo exato necessário a um maior efeito cênico, surpreende o fato dêste mesmo Racine realizar os cânticos, gênero para o qual mais necessária far-se-ia uma certa ingenuidade que êle jamais possuiu. Por isto fazemos eco ao já citado citado Raymond Picard quando estranha abnegação do poeta e sua generosidade criadora. Talvez não tenha existido poeta mais consciente de sua própia arte do que Racine.

E a André Gide, ao autor em quem o tempo já deixara as suas marcas, ao escritor já mais sedentário no qual a excitação dionisíca cedera lugar à uma tranquilidade semelhante à de Goethe, ministro de Weimar, àquele assíduo leitor de Shakespeare refugiando-se nas lutas entre Lancaster e York para esquecer a sufocante atmosfera européia de 1939, o fato não passou despercebido. Em uma certa passagem de seu "Journal", após notar curiosas repetições de epítetos em "Phèdre", concluía Gide que "o mais admirável na linguagem de Racine é precisamente a facilidade (aparente) e que nenhuma palavra tem o ar *rebuscado*". E as soluções métricas encontradas por Racine na composição dos cânticos, obras para música de Moreau, bem comprovam a afirmação gideana.

Assim, para exemplificação, o cântico primeiro, "À la louange de la charité", tirado de S. Paulo na carta aos Coritios, capítulo 13, começa por um alexandrino nìtidamente racineano: "Les méchants m'ont vanté leurs mensonges frivoles", e logo em seguida vêm cinco versos octossílabos que estabelecem uma cadeia rítmica explicativa para, na estrofe seguinte, ser interrompida pelo alexandrino em sua flexibilidade e lentidão: "En vain parlerais le langage des anges".

Em tôdas as estrofes são os versos alexandrinos iniciais que servem de diapasão à musicalidade posterior dos otossílabos. Como pode-se verificar na primeira estrofe, as sílabas nasais *mé, m'ont, men,* impregnam de ritmicidade tôda a estrofe como na segunda a sílaba lingual-dente-nasal em *vain, langage,* e *anges* desempenha papel idêntico.

Para uma apreciação de conjunto transcrevemos a quarta estrofe do primeiro cântico em que novamente a sugestão rítmica é dada pelo uso das nasais.

Eis a estrofe:

"Que me sert que ma foi transporte les montangnes
Que dans les arides compagnes
Les torrentes maissent sous mes pas
Ou que ranimant la poussière
Elle rende aux morts la lumière
Si l'amour ne l'anime pas?".

(Continua na pág. seguinte)

ESTUDANTES EM LIMOEIRO

Atendendo a um convite do Prof. Antônio Vilaça, estudantes de Direito do Recife, sob a direção do Prof. Vamireh Chacon visitaram (28 de maio de 1959), a cidade de Limoeiro.

Naquela cidade do agreste pernambucano, os acadêmicos tiveram oportunidade de conhecer o verificar o funcionamento da cooperativa Agro-Pecuária de Limoeiro. A referida Cooperativa dirigida pelo Sr. A. Vilaça — é um empreendimento pioneiro no interior do Estado. E graças ao dinamismo do seu diretor e ao espírito associativo dos fazendeiros e agricultores da região, já conta com mais de três mil sócios.

Após à visita a Cooperativa foi servido um lauto almôço (com discursos). À tarde os estudantes *voltearam* pela cidade, conhecendo os pontos pitorescos, e o Coronel Heráclio. Por fim os acadêmicos tiveram ensejo de conhecer "A Bola de Ouro", granja da propriedade do colega Marcos Vinicius Vilaça. (Onde saborearam as mais doces laranjas da região).

A foto ilustra a visita.

Grupo formado na Granja "Bola de Ouro" vendo-se ao centro Prof. Antônio Vilaça

E para uma mais explícita confirmação da anterior opinião de Gide, basta-nos ler a carta de Racine a Boileau, escrita em 3 de outubro de 1694, (ano em que os cânticos, com música de Moreau, foram entoados na presença de Luiz XIV) na qual Racine faz uma brilhante análise da composição de seu segundo cântico, "sur le bonheur des justes et sur le malheur des réprouvés", tirado dos Provérbios de Salomão, capítulo V, — quando, referindo-se à terceira estrofe que se inicia

"Miserables que nous sommes,
Oú s'égaraient nos esprits?",

afirma em tom explicativo ao seu companheiro do departamento de historiografia de Luiz XIV: "... infortunés m'était venu le premier, mais le mot de misérables (...) m'a para avoir de la force en le mettant (...) dans la bouche des réprouvés que s'humilient et se condamnent eux-nêmes".

Eis a prova mais evidente da comunhão existente entre o dramaturgo e o autor dos cânticos. A sua preferência por "misérables" vem do fato desta palavra possuir em si maior energia, mais conteúdo trágico do que "infortunés", palavra mais de resignação e aceitação.

E na mesma carta a Boileau confessa Racine já ter experiência do bom efeito cousado pelo emprêgo de "misérables" como motivo trágico referindo-se à tragédia "Phèdre" em que, na cena VI do ato IV, encontramos a mesma palavra com idêntico valor dramático nos versos:

"Misérable! et je vis? et je soutien la vue
De se sacre soliel dont je suis descendue?"

E nesta carta está presente o Racine poeta cortesão que observa as reações do público mais ou menos o mesmo, como observa Raymond Picard. Portanto, sempre o poeta consciente de sua arte, o poeta se desdobrando em crítico no anseio da forma mais perfeita. E já Paul Valéry afirmava, em "Variété": "Il y avait un Boileau en Racine, ou une image de Boileau".

Para surpresa nossa, aos cânticos de Racine não se referem os grandes historiadores da Literatura Francesa deixando de lado um aspecto curioso e excitante da obra do criador de Pyrrus. Nomes como Gustave Lanson, Émile Faguet, René Jazinski, Pierre-Georges ou Paul Surer, embora êstes últimos anotem, apenas de passagem, os cânticos espirituais. De qualquer modo, sem que o sentissem, tais autores nos animaram a tecer considerações a respeito dêsse aspecto da poesia racineana.

Incontestàvelmente, ante o espetáculo gigantesco do teatro de Racine, os seus cânticos ficam reduzidos à condição de parentes pobres.

Em Literatura, como na vida, para citarmos palavras de Cristo muitos são os chamados, poucos os escolhidos.

A RESPEITO DO DAJA

ALARCON DE LIMA

O Departamento Acadêmico Jurídico Assistencial foi criado para, prestando indistintamente assistência jurídica a todos os que o procurem, fazer com que o estudante de Direito se jogue na prática de sua futura profissão.

Outro desiderato seu é o incentivo do estudo da Ciência de Tobias Barreto ao lado da cooperação com as autoridades constituídas no que concerne aos nossos problemas sócio-jurídicos.

Assim sendo, procuramos Marinalva Reis, sua secretária, e Gildo Tavares, presidente.

Indagamos dos mesmos alguma realização e algum plano com respeito ao funcionamento do referido Departamento.

Ambos aventaram a pouca experiência que a êles e aos demais da Diretoria dificulta a consecução de um programa a contento, sendo todavia sua disposição um ponto de contrabalanço.

"Logo de início de nossa gestão, em abril próximo passado, tivemos ocasião de trazer o professor Cláudio Souto, que realizou importante série de palestras sôbre Sociologia Jurídica. O vácuo entre as matérias do Concurso de Habilitação e as que estudamos durante todo o currículo, nos levou a convidar o citado e conhecido Mestre para que, antes de ingressarem no 1.º ano, aturdidos e meio desorientados, os caloros entrassem em contacto com a Sociologia e, particularmente, com a Sociologia do Direito, de vital importância para nós e, incompreensívelmente, em esquecimento no chamado Curso Clássico e, portanto, no Vestibular" Foi o que nos declararam os entrevistados.

Outra iniciativa tendente a fomentar o gôsto pelo ensaio e mormente em relação a temas jurídicos foi o se ter aberto, uma oportunidade a qualquer colega que tencione apresentar alguma conferência. Tendo já sido levada a efeito a de Altamir Milanêz: "Uma interpretação da cultura brasileira".

No que se liga os problemas sócio-jurídicos ouvimos que está sendo efetuado um relatório breve da situação do Manicômio Judiciário, da Casa de Detenção do Recife e, além de outros congêneres, do malfadado do Brasil Novo (depósito desumano de prêsos na Secretaria de Segurança Pública, autentico viveiro de tôdas as sortes de perversão). Com tal relatório, quer o D. A. J. A., lançar, com todo o corpo discente de nossa Faculdade, veemente apêlo ao govêrno do Estado a fim de que encete uma reforma ao menos parcial em nosso obsoleto Sistema Penitenciário. "E isto é bem de nossa alçada; essa campanha justa e oportuna não foje ao espírito da letra e do artigo 5.º de nossos Estatutos".

Quanto à prática jurídica?

"O colega Rubem Scavuzzi num gesto de rara compreensão, nos veio oferecer a sua experiência e o seu Cartório para realizarmos, com os interessados, estágios de Direito das Obrigações. E decerto ao ser publicada esta entrevista deverá já êsse item do nosso programa estar cumprido. Entramos em entendimentos com o Dr. Roque de Brito Alves, que ao lado de seu irmão Dr. Antônio, além de conhecedor hábil do Direito Penal, é homem sensível aos anseios justos do estudante de Direito. Tendo êle assegurado o seu desejo de, como já o tem feito com colegas nossos, como Bóris Trindade recentemente, meter o estudante no Juri popular, como advogado."

É verdade que está sendo desejado um professor-advogado para gerir o futuro escritório de advogacia do D. A. J. A?

"De fato a nossa experiência, sendo pequena, nos desalenta a impulsionar um escritório que possibilite aos colegas um treino de grande significação; Se o estudante de Química tem o seu laboratório, o estudante de Direito há que possuir um escritório. E um professor-advogado, experiente e mais ou menos plástico na arte de Carneluti, é que nos poderá ajudar no cumprimento dessa parte indispensável das realizações do DAJA. Aliás, no que concorda, com o bom senso de sempre, o professor Soriano Neto, Diretor desta Casa. Estamos apenas aguardando a hora oportuna para, com o apôio para nós profundamente decisivo da Diretoria, do Conselho técnico e de todos os colegas que se devem unir para êsse fim, esquecendo quaisquer dissenções de menor importância, solicitar do Magnífico Reitor João Alfredo a medida que concretize tal aspiração razoável demais aos alunos da Faculdade de Direito".

Ao final do agradável bate-papo, ficamos realmente impressionados com a seriedade com que o atual presidente os demais membros da Diretoria e do Conselho do DAJA estão laborando para que tudo não sejam sòmente palavras. E daqui soltamos também o nosso pedido ao Magnífico Reitor, e a qualquer pessoa que possa ajudar no nomeação dêsse professor-advogado, para que venham satisfazer um desejo e ao mesmo tempo preencher uma lacuna incompreensível: a ausência de uma Banca de advogado na Faculdade de Direito. O otimismo dos jovens com quem mantivemos esta entrevista não pode ser recebido senão com o entusiasmo do Magnífico Reitor e de todos enfim.

GILBERTO FREYRE E OS JURISTAS: TRÊS SERVIÇOS (*)

CLÁUDIO SOUTO

A primeira coisa a favor de Gilberto Freyre é que êle não foi nem é jurista. E isso num momento, num país e numa província, onde não ser bacharel ou "doutor" litigante quase equivalia a não ser letrado. Não faltando ainda hoje, em meios nossos havidos por medianamente cultos, quem duvide da "formatura" do Doutor Freyre. Ou quem taxe de despeito a sua atitude de polida reserva diante da velha Faculdade, "ilustre mas um tanto estagnada".

Gilberto Freyre não é nem nunca foi jurista. No mau sentido, claro. No sentido tendencioso ou opinativo ou retórico. No sentido não só não-científico mas até anticientífico: sentido inquisitorial até, contra mentes jovens que tentem a Ciência.

Que a palavra jurista, como a palavra católico, adquiriu sentido pejorativo. Por obra e graça dos maus católicos e dos maus juristas, que êsses só dificìlmente gerarão cristãos ou juristas autênticos. Cristãos ou juristas autênticos que pertencem muitíssimo mais ao futuro que a nossa época. Se o futuro nos sorrir.

Primeiro serviço de Mestre Freyre à mocidade que indaque sôbre o jurídico em sua província e no Brasil: não ser jurista. E não ser, franciscamente, jurista, no voto de pobreza de quem tenha ousado, filho de Professor de Direito, ser algo então ainda mais estranho que hoje: ser sociólogo, desinteressadamente sociólogo, em um país de prosperidades advocatícias. Prosperidades até com fumaças de intelectualismo que se reverencia pelo "society" indígena, de ontem e de hoje. Pois um jovem teórico pobre é uma coisa muito esquisita e muito pouco inteligente para o espírito dos comerciantes e seus espertos causídicos.

Primeiro serviço: o serviço do exemplo do desprendimento. Serviço apostólico.

O segundo serviço foi o serviço do pesquisador. E do pesquisador com renome internacional. E num país quase que só de conhecimentos de segunda, ou seja de conhecimentos livrescos. Num país de bacharéis superficiais, polêmicos e, quando muito ledores.

A Sociologia no Brasil deve a Gilberto Freyre o débito de pioneiro. É porisso que é êle Mestre de todos que, depois dêle, aqui tentaram qualquer das ciências sociais. É porisso que é Mestre dos juristas brasileiros. Dos que tentam Ciência, bem entendido.

Se Gilberto Freyre é sociólogo, se se preocupa da ciência mais geral do social, não pode deixar de ser jurista. No bom sentido. Que o jurídico, como "nómos" ou "Sollem", é forma da atividade societária. Que o sociólogo e o jurista são indissociáveis no pesquisador social. Poderemos dar preponderância a um dos têrmos, mas o binômio é incindível. A escolha é apenas em ser sociólogo-Jurista — como Mestre Freyre — ou jurista-sociólogo, como alguns outros. Mas sempre se terá de ser sociólogo e jurista. Ou jurista e sociólogo.

Até a segunda metade dêste século a profissão de fé do jurista — do autêntico — teria de ser a desconfiança. Desconfiança de uma Ciência do Direito. E, de verdade, que Ciência era essa que não colhia dados positivos que lhe dessem uma definição unícova de seu objeto, permanecendo antes, subjetivìsticamente, dentro do conflito das opiniões? Que Ciência era essa a oscilar entre a grosseiria positivista e o apriorismo jusnaturalista, ou a desesperar irracionalmente de seu campo de indagações, no empirismo disfarçado das evidências? Que Ciência era essa, sem fôrça de impor-se diante das bacharelices togadas?

Mestre Freyre desconfiou autênticamente e negou cientìficamente. Negou que fôsse Ciência a mixórdia opinitiva. Negou bem: que Ciência, até a segunda metade do século, só a Sociologia jurídica. Ciência pobre, paupérrima mesmo, eis que repassada de preconceitos avalorativos, que lhe impossibilitaram alcançar o Direito na substância científica de seu "Sollen". Mas, pelo menos, Ciência segura pela metodologia positiva da observação social ampla.

O mais seria Arte, para Mestre Freyre, e era mesmo. Claro que essa constatação desagradaria a muito enfunado catedrático. Prestava-se contudo as mais novas gerações e a uma talvez futura relativamente autônoma Ciência Positiva do Direito um imenso serviço: o da verdade, o da fraqueza, sem o que se fecham as portas ao desenvolvimento científico. Também em Ciência se deve rezar um "Confiteor".

Enfim, um terceiro e derradeiro serviço fundamental, entre muitos, de Gilberto Freyre: o do educador. O do educador de pesquisadores sociais mais Jovens.

Num ambiente intelectual — e muita vez

(continua na pág. 43)

Nº 14 1959

ORDEM E PROGRESSO E GILBERTO FREYRE

VAMIREH CHACON

O pernambucano de formação simultâreamente regional e universalista, Gilberto Freyre, continua em 1959 a publicação de uma coleção hoje básica para o conhecimento do nosso país: a "Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil". Já é tempo de considerar-se esta sua obra como um todo, englobando "Casa Grande & Senzala (Formação da Família Brasileira sob o regime de Economia Patriarcal)", "Sobrados e Mucambos (Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano)" e o recente "Ordem e Progresso (Processo de Desintegração das Sociedades Patriarcal e Semipatriarcal no Brasil sob o regime de Trabalho: Livre: Aspectos de um Quase Meio Século de Transição do Trabalho Escravo para o Trabalho Livre; e da Monarquia para a República)".

Os sub-títulos dos livros são longos, porém explícitos, resumindo o sentido principal de cada um. Aos editados, serão acrescentados outros: "Jazigos e Covas Rasas (Sepultamento e Comemoração dos Mortos no Brasil Patriarcal e Semipatriarcal)", "Seleção de manuscritos e documentos ilustrativos, etc" e "Seleção de reproduções de pinturas, mapas, daguerreótipos e fotografias ilustrativas, etc", além de um volume, o último, dedicado à "Bibliografia Geral e Índices".

A obra completa constituirá um vasto painel, ou mural, de uma fase da nossa História e de um tipo de sociedade nossa.

Portanto ela deve ser considerada como um todo e não em função apenas de trechos isolados, como "Casa Grande & Sensala", "Sobrados e Mucambos" ou "Ordem e Progresso". Por maiores méritos, ou deméritos, que possam ter os estudos parceladamente, é sempre em relação ao conjunto que devemos observá-los.

Gilberto Freyre desenvolve na monumental "Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil" as bases que êles lançara em 1922, em Baltimore, com o ensaio "Social Life in Brazil in the Middle of the 19th Cetury".

Ao longo dos seus cursos nos Estados Unidos e na Europa, o autor tem conseguido fugir às influências unilaterais. Na sua introdução às "Memórias" de Oliveira Lima (Estas minhas reminiscências...") (Rio de Janeiro 1937) (p. V), êle reconhece a marca preponderante do historiador e diplomata pernambucano, ao lado da de Franz Boas, seu antigo professor em Colúmbia, como as mais poderosas sôbre a sua formação, "inclusive sôbre os estudos em que me especializaria; o patriarchado rural e a miscegenação no Brasil". Gilberto Freyre tem permanecido fiel a esta vocação. Seus estudos incidem, de preferência, naquelas duas perspectivas. Os dois livros publicados em 1959, pela Livraria José Olympio, provam a constância da sua temática: além de "Ordem e Progresso", êle reedita "Problemas Brasileiros de Antropo-

logia", com pesquisas e observações colhidas no Brasil e na África.

Não se limitou o sociólogo e historiador social a um apêgo a Oliveira Lima e Frans Boaas como "únicas fontes" de verdade científica. Buscou outros rumos, embora aquêles continuassem os predominantes. Aprendeu com o pensamento dos expressionistas alemães em arte e literatura, com o padre Schimidt, Havelock Ellis, Giddings, Simmel, Max Weber, Maritain, Rivers, Chesterton, Frazier, Mencken, Pater, Lafcádio Hearn, Hardy, Yeats, os dois Lawrence, os espanhóis da geração de 98, Frei Luiz de León, São João da Cruz, Loyola, Diego de Estella, Santa Terese d'Ávila, Nietzsche, Péguy, Psichari, Murras, Barrès, Gide, Proust, Joyce, Rodin, Frobenius, Eça, Machado de Assis, Herculano, Oliveira Martins, Nabuco e Euclides Cunha, entre outros, conforme confessava em artigo publicado no JORNAL DO COMMERCIO, do Recife, em 26 de outubro de 1952, sob o título "a propósito de influências".

E concluia corajosamente: "Influências contraditórias, é certo. Mas influências que, juntando-se às dos clássicos — e dentre êstes os que mais influiram na minha formação creio que foram Aristóteles, Montaigne, Pascal, Fernão Lopes e Fernão Mendes — tornaram-se parte de uma personalidade também contraditória e que, certa ou errada na ação que tem tido na vida, existe".

E não só existe. Aje de modo profundo e extenso na inteligência de gerações brasileiras, desde algumas importantes dezenas de anos. Bastaria lembrar a repercussão do movimento regionalista, cujo manifesto, hoje célebre, data 1926. José Lins do Rêgo, Jorge de Lima, Luiz Jardim, Cícero Dias, Olívio Montenegro, José Antônio Gonsalves de Mello Neto, René Ribeiro, Mauro Mota, Lula Cardoso Ayres e muitos outros, espalhados na literatura, nas ciências sociais, na pintura e artes plásticas, sofreram em maior ou menor intensidade o influxo da sua personalidade e da sua mensagem.

Mensagem de regionalismo e universalismo, sem perder o sentido nacional de "democracia étnica" — que tem nêle um dos maiores defensores, — de reabilitação de valores luso-tropicais com frequência desprezados por pseudo-arianismos anti-científicos.

Muitos se referem ao estilo como o ponto alto da obra gilberteana. Ressalte-se também o dinamismo dos seus métodos de pesquisa e exposição, que, por mais defeitos humanos que possam ter, apresentam uma extraordinária tentativa de equilíbrio interrelacionista, apesar dêle tender vez por outra, um pouco mais para a perspectiva marcada sobretudo por fatores antropológicos, históricos e ecológicos. O seu livro "Sociologia. Introdução ao estudo dos seus princípios" representa uma experiência neste sentido de dinâmico equilíbrio das relações das várias ciências com a Sociologia e entre as correntes sociológicas européias e estadunidenses. Êle escreve a propósito de rigidez de métodos, em "Ordem e Progresso": "A verdade é que não somos adeptos de sociologia "cientificista" que, por basear-se em estatísticas e em números, presume-se científica; e sim, cada vez mais, da que se funda naquele humanismo científico que admite íntima correlação do estudo sociológico do Homem com o psicológico, com o histórico e com o filosófico. Estudo do Homem através do que em critério não só experiencial como existencial da sua chamada "natureza humana" ou do que, em sua humanidade — no caso mais substantiva que adjetiva — é menos resultado da sua herança, ou do seu físico, que das suas situações de experiência, e de ambiência". (p. XLV).

Poder-se-ia alegar que tal desvinculação com uma rígida base filosófica descambaria para o relativismo crasso. Sucede que Gilberto Freyre é um egresso do pragmatismo de John Dewey, de quem foi aluno, bem como Anísio Teixeira, na Universidade de Colúmbia. Como tal, o autor pernambucano utiliza funcionalmente conceitos, o mínimo necessário para dar caráter científico aos seus métodos e conclusões, porém reservando uma grande margem para a imaginação criadora e para o estilo. O sociólogo Francisco Ayala, autor de vários trabalho famosos, depõe na sua "História de la Sociologia" (Buenos Aires-1947) sôbre a obra gilberteana: "Una primeira y precipitada impresión acerca de ella induciría a poner en duda su carácter científico, o a situarla en el plano de esa espécie de literatura histórico-decriptiva cuyos análisis están llenos de atisbos y observaciones de significación sociológica, pero carente en definitivo de uma sólida organización conceptual. Essa primeira impresión nace de la enorme riqueza de contenido que alojan sus páginas. Por de pronto, oferecem un inestimable valor literario; pero solo quien sea incapaz de ver más allá de esta presentación formal podrá desconocer la consciente y minuciosa preparación sociológica sobre cuya trama se ha ordenado el animadísimo tappiz". (p. 261).

Não é possível compreender Gilberto e a "Gilberteana" sem enquadrá-los na perspectiva brasileira. Comparemos-los não tanto com Max Weber Hans Freyre ou Arnold Toynbee, mas principalmente com Nina Rodrigues, Oliveira Viana ou Arthur Ramos. Suas contribuições devem ter como ponto de referência sobretudo seus predecessores brasileiros, pois é de preferência ao Brasil e regiões "que o português o criou" a que se refere o seu trabalho. E Brasil luso-patriarcal, tendo como base monoculturas agrícolas no Nordeste, outrora área de influência decisiva no resto do país.

(Continua na pág. 23)

Amaury Teixeira Nunes

A PERENIDADE DO DIREITO

A humanidade vive uma época de inovações que, quase sempre, afetam as várias manifestações do pensamento, porque o homem, no desejo de se projetar, esquece-se, as vêzes, dos valôres que lhe norteiam a conduta.

Fala-se muito, hoje em dia, em transformações especiais dos diversos modos de ser do homem, como se a existência estivesse confiada num departamento qualquer de ciência.

Uma sêde insopitável de novidades lança o homem a buscar, sempre, algo que lhe mitigue os sofrimentos, ou melhor, qualquer coisa que contorne a tragédia imensa em que está colocado e que, dificilmente, dela poderá sair, a menos que o egoísmo o faça reconhecer a inviabilidade da sua posição.

Por cima de tudo, entretanto, como a querer imprimir novos rumos à sociedade, surgem os líderes que, convencidos da necessidade e oportunidade da sua missão, lançam-se numa aventura que lhes pode ser fatal ou não. Pregam renovações espetaculares, apresentando-se como autênticos "salvadores", num mundo egolátrico e numa época profundamente marcada pelo utilitarismo e imediatismo.

Há uma reviravolta nos valôres, ou, mais precisamente, negação de uns e superposição de outros que não representam, em sua essência, qualquer motivo de dignificação do homem. Existe, como muito bem afirmou CHESTERTON, "um mundo de idéias loucas" que se entrechocam em campos antagônicos, pois retratam a vivência espiritual do homem que, na ânsia desmedida de se afirmar, vai deixando em tudo a marca de sua passagem.

Uma realidade, contudo, permanece inalterada, como a desafiar as contingências do tempo e as inovações do homem: o DIREITO. E, justamente, porque êle se situa acima de tudo aquilo que diminui ou nega o valor do espírito humano.

É interessante notar como se aniquilam os impérios e desaparecem os povos; como se destroem civilizações e desfazem-se culturas; como desabam as mais sólidas organizações e vacilam os alicerces mesmo dos sistemas científicos. Tudo se condiciona à temporalidade. Tudo se sujeita à contigência.

O Direito, no entanto, se sobrepõe a tudo, porque êle é a própria razão de ser da sociedade. Para êle convergem as instituições e nêle o homem se realiza, plenamente, pois está vinculado a sua normatividade.

O Direito não é apenas o ordenamento da sociedade. É acima de tudo, uma realidade que se manifesta e se afirma através do pensamento humano, independente da vontade de quem quer que seja, longe de interêsses subalternos e mesquinhos, mas presente ao que diz respeito ao homem.

Há uma constante admirável no Direito: a sua perfeita identidade aos problemas que angustiam e martirizam a humanidade. E é por êste motivo que êle, através dos vários períodos da História, vai assistindo à evolução das idéias. Êle é uno e não se pode deixar envolver nas malhas daqueles que colocam os próprios interêsses ou de partidos ou de grupos, acima dos da coletividade, menosprezando o bem comum.

Sempre houve instantes em que, à primeira vista, chegamos a pensar num Direito a serviço da opressão e da anarquia. Existiram e existem os que, supostamente, em nome do Direito, divinizaram o homem pelo aniquiliamento do próprio homem; ergueram um partido ou uma classe contra a liberdade, em nome dessa mesma liberdade. Realmente, êstes que assim fizeram e fazem se insurgiram contra o Direito, negando-o, pois o Direito jamais serviu de mortalha para os funerais da liberdade ou do homem.

O direito é perene, constante, imutável em sua essência e, sem nenhum exagêro, imortal. Está presente a tôdas as realizações humanas e sempre que alguma cousa se faz independente dêle, podemos afirmar que os ideais almejados não se concretizarão, porque não se pode cogitar em nada de duradouro, sem que o Direito dite normas, aclarando as inteligências e ministrando-lhes o conteúdo doutrinário onde se encontra aquilo de que necessitam as sociedades.

Não podemos relegar o Direito a um plano secundário. E, tôdas as vêzes que isto acontece, há um desmoronamento das instituições e da sociedade, num aviltamento da própria dignidade humana, porque se realiza uma substimação dos valôres transcedentes do mundo.

Tudo se dissolve na voragem dos tempos. Tudo se arrasta na correnteza da vida que absorve, impassìvelmente, muitas vêzes, as mais árduas e consagradoras realizações da humanidade. Sòmente o Direito permanece, sem oscilações, seguro do seu destino vencendo todos os obstáculos que se lhe antolham, derrubando as tiranias, destruindo os que o conspurcam e

negam, serenando as tormentas de idéias, e, pelo próprio valor, se afirmando como o supremo sustentáculo da existência, porque lhe reconhece a liberdade, bem supremo do homem e apanágio dos povos. Em todos os momentos críticos da História, nas subversões da ordem e da legalidade, no entrechoque das paixões políticas, é sempre o Direito que aponta as diretrizes mestras, contornando as situações e fazendo valer a justiça.

O Direito não teme os seus negadores. Enfrenta-os, decididamente, revitalizando-se. Em nenhum período da evolução humana, êle permaneceu soterrado, obscurecido ou distante dos acontecimentos. Sempre atuante, a sua presença imprime uma fôrça especial e renovada, fazendo com que todos reconheçam nêle o poder de agir, soberanamente, de ditar os seus preceitos, sem intervenção de terceiros e, finalmente, de defender, com intransigência, o bem comum da sociedade.

O Direito não pertence a alguns, em detrimento de outros. Coloca-se acima de todos, para que dêles possa exigir o exato cumprimento daquilo que traça e dilineia.

Não podemos, de maneira alguma, desconhecer o valor do Direito, nem lhe tirar as prerrogativas, a menos que pretendamos negar ou destruir os valores que êle defende, e que são, em última análise, os valôres mesmos do homem, em suas diversas manifestações.

Há uma tragédia no pensamento, em nossos dias, a ponto de um grande ensaista do século chegar a falar num "suicídio do pensamento". E ao Direito é que cabe a missão de salvar o homem do báratro em que se lança, pois a sua perenidade é a grande esperança que nos envolve, com a consciência de que os povos haverão de lhe reconhecer a grande voz, a fim de que, num mundo de ódio e de vingança, êle, o Direito, seja a bandeira que congregará a todos, sob a égide dos ideais de paz e de fraternidade.

ORDEM E PROGRESSO E GILBERTO FREYRE

(Continuação da pág. 21)

A ausência de tabus, em sua temática, atrai bastante. Não que o autor fuja dos condicionamentos sociológicos e econômicos, em geral, inevitáveis em qualquer ser humano. Entretanto êle enfrenta assuntos inclusive explosivos, como o advento da República e o papel de certos ídolos, como Ruy Barbosa, nela, conforme se vê nas páginas de 'Ordem e Progresso".

Evitando "o critério principalmente político e rigorosamente cronológico, em geral adotado", Gilberto Freyre busca um "critério histórico-sociológico ou histórico-antropológico do estudo de tendências, tipos e instituições sociais e de cultura". Enquadra os fatos em tôrno de 1008 dentro da sua tendência de pintar vastos painéis. Não se procure ali uma exatidão absoluta, de resto impossível em estudos sociais, mas uma aproximação de realidades, que o futuro decidirá se foi maior ou menor.

Pena que o temperamento brasileiro seja tão desordenado no julgamento de vivos e mortos, demasiado severo para com aquêles e demasiado tolerante para com êstes. Não se tem a tranquilidade anglo-saxã, nem a meticulosidade alemã, para julgar os fatos. Nem a clareza mediterrânea, por mais falhas que estas tendências possam cometer, as quais nem de longe se aproximam do turbilhão ibero-americano de paixões.

Já era tempo de publicar-se uma "Festschrift" ou "Festgabe", como dizem os tedescos coletânea de artigos de eminentes autores, influenciados ou não por Gilberto, nos vários ramos da ciência e da arte, como testemunho da trajetória da sua carreira. Na Europa, Leopold von Wiese e Alfredo Vierkandt, Adolf Werner Sombart receberam tal homenagem. No Brasil o economista Eugênio Gudin. O professor Gonçalves Fernandes sugeriu uma demonstração do gênero para comemorar o 25.º aniversário da publicação de "Casa Grande & Senzala". Para registrar a marca de Gilberto Freyre no pensamento brasileiro, de modo mais específico, seria esplêndido coroar o término da sua "Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil" com uma tal publicação, reunindo desde um José Américo ou um Cícero Dias, a Pontes de Miranda, Júlio de Mesquita Filho, Assis Chateaubriand, Astrojildo Perreira e outros, de várias tendências e vocações, antigos e novos, para registrar a presença, nas gerações contemporâneas, do pensamento de um estudioso que prossegue as tradições de Euclides da Cunha, Nina Rodrigues Viana, Arthur Ramos etc.

Atacado ou elogiado, às vezes com paixão em ambas as direções, Gilberto Freyre continua no centro do pensamento sociológico, antropológico e histórico-social do Brasil, não como um divisor de águas mas como um ponto de referência em tôrno do qual se discute e de que se aproxima ou se distancia o estudioso. O tempo decidirá qual a extensão, a profundidade e a validade autênticas desta presença que, desde já, se pode prever que ficará como uma das mais importantes no pensamento social do Brasil e da América do Sul.

Novas perspectivas para os esportes

PAULO DE AZEVEDO MELO

Sòmente os que vem acompanhado em seus mínimos detalhes a gigantesca batalha para o soerguimento de nossa Associação Atlética, poderão sentir o quanto de boa vontade e de inteira dedicação ao trabalho realizado pelo colega Luciano Azevedo.

Apesar das perspectivas sombrias, procurou o abnegado defensor do nosso esporte, evitar a catástrofe daqueles que deixaram a antiga administração dessa Associação. Para isso teve que lutar bastante, sobrepondo aos inumeráveis obstáculos e à anarquia reinante, que deixaram os colegas da gestão passada. Êstes nada fizeram, e o que fizeram foi extraviar a já minguada verba, em compras que apesar de recibos selados e autenticos, legítimos sob o ponto de vista da lei, porém ao meu ver ilegais sob o ponto de vista de tino administrativo de bons propósitos, como por exemplo, poderei citar uma desnecessária passagem à Belo Horizonte, compras de flâmulas no valor de Cr$ 20.000,00, e ainda Cr$ 600,00 de bolas de ping-pong, que jamais tive a oportunidade de ver. Pelo visto notei a inabilidade, a falta de administração do dinheiro alheio, foi evidente, e nisto não quero absolutamente influenciar ninguém, porque todos aqueles interessados poderão averiguar as prestações de contas da gestão passada. Não sei porque êstes prezados e honestos colegas, não se ocuparam em comprar algo que necessitava urgentemente esta Associação, como por exemplo meias, calções, bolas, enfim todo o material necessário para a prática de esportes. Será que a causa foi a escassa memória e a pouca inteligência? Não creio nisto. Porém como na literatura, depois da decadência surge o período de esplendor, é o que estamos vendo na administração do atual Presidente, que num trabalho bem ordenado e dirigido no sentido do bem comum, colocando em funcionamento a sua equipe de auxiliares dedicados, surgindo assim as grandes iniciativas camo a realização de Torneios Internos, jogos de basquetes, torneios de jogos de Damas, treinos femininos de voleibol, e funcionamento da mesa de ping-pong, a compra de novos padrões de camisas, como também a compra de uma mesa de Damas e de bolas para a prática de esportes, enfim tudo que não existia na antiga Associação Atlética da Faculdade de Direito.

É pensamento da atual Diretoria fazer realizar, uma Olimpiada entre a Faculdade de Direito e Ciências Econômicas agrangendo todos os esportes, para comemorar a 123.º aniversário da Fundação dos Cursos Jurídicos, e realizar uma excursão à Maceió ainda como coroamento da grande festa esportiva comemorando o acontecimento.

Tôdas estas realizações visam apenas o aprimoramento dos atletas para as futuras Olimpíadas Universitárias Estaduais, que serão realizadas no próximo mês de setembro.

Deixo aqui de escrever acreditando no sincero critério dos colegas de Faculdade em estabelecer o seu julgamento, e esperando a colaboração de todos os colegas, atletas ou não, para que a Diretoria da A. A. possa cumprir todos os itens de seu programa.

PINTO FERREIRA

OS PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL

(Tese apresentada ao V Congresso Latino-Americano de Sociologia)

Os partidos políticos têm uma grande projeção e ressonância no mundo contemporâneo, estão associados e vinculados ao próprio mecanismo do poder público. Êles podem ser definidos como grupos sociais, geralmente regulados pelo direito público, vinculando pessoas que tendo a mesma concepção sôbre a forma desejável da sociedade do Estado, se congregam para a conquista do poder político, para efeito de realizar um determinado programa. Conceituação que se aproxima daquelas definições dadas por sociólogos de renome, entre êles principalmente ZUIZBACH em seu ensaio sôbre *Partidos Políticos*, publicado na *Enciclipédia Sociológica Alemã*.

Êles são especialmente grupos sociais ou entidades histórico-sociais que se articulam ou se prendem à estrutura geral da sociedade, porém a partir do seculo XIX houve uma tendência bastante acentuada para reconhecê-los e amparálos os textos positivos da legislação. Ressalta assim a resistência até bem pouco tempo muito viva do direito positivo escrito, sobretudo dos textos constitucionais, em reconhecer expressamente os partidos políticos, nada obstante a teoria orgânica de BRYCE, já existente desde 1888, estudando-lhe a estrutura. Entretanto, na atualidade não só os textos constitucionais como ainda as legislações positivas têm um grande interêsse em regulá-los através de uma codificação minuciosa e casuística.

Por consequência os partidos políticos não são só grupos sociológicos, nos quais cada um entra e sai livremente, como também instituições de natureza jurídica, órgão para a formação da vontade estatal como afirmou KELSEN, parte integrante do processo governativo na interpretação da A. F. MACDONALD, verificando-se assim a sua existência como autênticas corporações de direito público.

A importância dos partidos é tão grande que mesmo se salientou que uma democracia autêntica estaria associada à pluralidade dos partidos políticos, é a tese predileta de Kelsen, formulada em sua *Teoria Geral do Estado,* conquanto que contraditada pelos sociólogos marxistas, sustentando que não existe esta correlação absoluta. Razão pela qual a União Soviética adotou a tese do unipartidarismo, que aliás não é específica ao socialismo, posto que vários países integrantes das chamadas democracias marxistas, sobretudo a Alemanha Oriental com a sua Constituição de 1949, a Polônia com a sua Constituição de 1953 e a China marxista com a sua Constituição de 1954, bem como o seu direito positivo, reconhecera a possibilidade da coexistência das democracias marxistas com o pluripartidarismo político.

Històricamente os partidos políticos começam a surgir na sociedade européia já desde o reinado da rainha ISABEL (1558-1603) na Inglaterra, porém de tal forma que antes aparecem na época como centros de polarização de fôrças, que só no século XVII se definem precisamente. Por isso o prof. MUNRO em seu livro *Os Govêrnos da Europa* (Nova York, 1945, p. 50), bem como RUDLIN em ensaio sôbre *Partidos Políticos* publicado na *Enciclopédia de Ciências Sociais* (New York,XI, p. 601) sustentam que êles surgiram depois do ano de 1680, com a polêmica travada a respeito do *Exclusion Bill*. Desde então aceitou-se pacìficamente a doutrina da oposição política, isto é, a doutrina clássica da democracia, segundo a qual os inimigos do govêrno

não são rebeldes ou inimigos do Estado, porém simples oposicionistas, cujos direitos devem ser respeitados.

Articularam-se destarte do século XVII em diante as duas grandes fôrças políticas inglêsas, o Partido Conservador e o Partido Liberal, ao qual se agregou desde o início do século XX o Partido Trabalhista, assumindo um conteúdo socialista em 1918.

As expressões inglêsas de conservadores e liberais tiveram um grande eco em tôda a parte, por essa designação se orientaram as tendências do direito público francês da monarquia parlamentar. Entretanto novas designações foram se tornando atuantes, sobretudo a partir do momento da fundação das repúblicas democráticas, como aconteceu nos E. U. A., quando foram fundados o Partido Democrático de 1792 e o Partido Republicano em 1854.

Com o desenvolvimento das técnicas da representação proporcional, houve uma tendência à pulverização dos partidos políticos, que mais se apresentavam sólidos e consistentes naqueles países que aceitavam as bases do sistema majoritário à maneira e exemplo da Inglaterra. Surgiram então, simultâneamente com essa pulverização da vida partidária, inúmeros nomes representativos das novas fôrças da opinião nacional.

Já os partidos da esquerda tiveram nascimento histórico retardado. Tudo isso é justificável porque sòmente a partir de um certo momento do século XIX, porém sobretudo no século XX, as massas proletárias se organizaram para a conquista do poder político ou para a reivindicação de um direito positivo, especialmente de uma legislação trabalhista, favorável à sua ascenção na vida.

O primeiro partido de esquerda a aparecer na história européia é a União Geral dos Trabalhadores Alemãs, conforme salienta ROSENBERG em ensaio sôbre *Os partidos Socialistas* publicado na já mencionada *Enciclopédia Americana de Ciências Sociais*. A referida União foi fundada em 1863, mais tarde BEBEL e LIEBKNECHT organizaram em 1869 o Partido Social Democrático dos Trabalhadores, ambas as agremiações fundidas em um só partido, no ano de 1875 em Gotha, com o nome de Partido Socialista dos Trabalhadores da Alemanha. Mais tarde organiza-se na Inglaterra o Partido Trabalhista, logo depois com uma vinculação socialista, enquanto que, dentro dos partidos comunistas, o primeiro a emergir històricamente foi o Partido Comunista da União Soviética, estruturado em 1918, ao qual se seguiu o Partido Comunista da Alemanha, criado em 1919, depois se expandindo vigorosamente os partidos de esquerda no mundo contemporâneo.

Era possível esta expansão em face da fôrça das próprias massas populares, conducentes ao fortalecimento dos partidos de esquerda ,pois as agremiações partidárias não são simples criações do direito positivo, porém dependem da articulação das fôrças histórico-sociais, na qualidade de parcelas da opinião pública.

No Brasil os patridos políticos naturalmente só viriam a formar-se depois de consolidada a independência do país. Com a desvinculação da metrópole portuguesa, instalou-se a Assembléia Constituinte de 1823, e logo nela se delinearam as grandes facções ou as tendências naturais de um duplo movimento histórico visando respectivamente o fortalecimento ou a limitação dos poderes constitucionais da coroa. ARMITAGE em sua *História do Brasil* (Londres, 1836, I, p. 116), mostra a feição característica da aludida Assembléia Constituinte: "A maioria era formada quase exclusivamente por magistrados, juízes de primeira instância, jurisconsultos e altos dignatários da Igreja, predominante homens acima dos cincoenta anos, limitados nas suas noções e inclinados aos princípios monáquicos. A minoria, consistente sobretudo do clero subordinado e dos pequenos proprietários rurais, era ardente nas suas aspirações de liberdade, mas esta liberdade vaga e indefinida que cada qual interpreta a seu modo e na medida dos seus sentimentos".

Estas tendências vão se estruturando lentamente, de maneira que no período histórico que vai da Assembléia Constituinte até 1838, quando se consolida uma forte falange liberal, articulam-se no Brasil os dois partidos políticos que dominariam a vida política do Império, até 1889, com a implantação da República. São êles o Partido Conservador, formado em 1838, e o Partido Liberal surgido em 1831, segundo a opinião de AMÉRICO BRASILIENSE, no livro *Os Problemas dos Partidos e o Segundo Império*, conquanto que, como se disse, os centros de polarização dessas fôrças já se viessem definindo desde a instalação da Assembléia Constituinte.

Como por tôda a parte, o Partido Conservador estêve especialmente ligado aos interêsses das classes dominantes dos fazendeiros rurais, dos grandes

plantadores ou dos grandes criadores, de uma aristocracia rural, poderosa que influenciava decisivamente os destinos do país. O Partido Conservador estava naturalmente prêso às fôrças da tradição. Já o Partido Liberal simbolizava os interêsses da burguesia urbana, do liberalismo capitalista ascendente, em geral dos professôres, magistrados e jornalistas.

Ainda durante o Império foram fundados outros partidos, como o Partido Progressista em 1862, orientado por SARAIVA e o novo Partido Liberal, cujo programa foi redigido por NABUCO DE ARAÚJO e publicado no jornal *A Reforma*, em 1869. Êste novo Partido Liberal tinha uma feição altamente progressista, advogando a temporariedade do senado que era vitalício, a eleição direta, a descentralização mais ampla com maior autonomia das províncias, a liberdade de religião, a limitação do poder do clero, a independência do judiciário, como suas principais aspirações políticas, ao passo que ambicionava no plano econômico a emancipação gradativa dos escravos, o melhoramento da situaçção do operariado, a liberdade de comércio e de indústria, e enfim no plano cultural tanto o desenvolvimento como a liberdade de ensino. De um modo geral refletia as reivindicações do liberalismo europeu na seda metade do século XIX.

Ainda durante o Império é fundado o Partido Republicano em 1870, partido a princípio sem expressividade, mas assume posteriormente o contrôle político do país depois da instalação da República, revolução política que não só refletia a transformação dos espíritos, mas que expressava em têrmos políticos um ampla revolução econômica, advinda pela crise da economia açucareira e pela abolição do trabalho escravo em que ela repousava.

Durante o Brasil republicano, desde 1889 a 1930, realmente não existiam condições para a existência dos grandes partidos nacionais. Fundam-se partidos como o Partido Republicano Conservador, o Partido Republicano Liberal, o Partido Republicano Federal, mas no fundo eram agremiações controladas pelos grandes Estados da federação, fazendo a chamada política dos governadores.

O grande centro de equilíbrio político foi estabelecer-se no sul do país, especialmente em Minas Gerais e São Paulo, êste último Estado progredindo vigorosamente através do desenvolvimento da economia cafeeira e das fortes correntes imigratórias que para alí se canalizaram. Por isso mesmo os partidos republicanos mineiro e paulista no fundo controlaram a política nacional, dirigido pelos governadores ou presidentes daqueles Estados. Na primeira república brasileira, destarte, a política nacional foi no fundo a política dos grandes Estados, o rotativismo ou o rodísio mineiro-paulista no poder, controlando inteiramente a política nacional.

A revolução de outubro de 1930, da qual se elabora a nova Constituição republicana de 16 de julho de 1934, não modificou o panorama geral da política partidária, porém êste Diploma Magno teve uma existência precária, em face da arremetida fascista que instalou uma ditadura no país, a qual, mediante o Decreto-Lei n.º 37 de 2 de dezembro de 1937, dissolveu os partidos políticos, instalando uma ditadura que permaneceu até 1945. Nesta época a crescente industrialização do país e a ampliação do poder das fôrças populares, de par com uma acentuada conciência civilista e democrática, propulsionaram a revolução que restaurou os princípios democráticos, daí surgindo uma técnica mais apurada de organização dos partidos.

O Brasil já havia possuido vários códigos eleitorais, desde o Código eleitoral de 1932, bem como o de 1936, mas o novo Código eleitoral de 1945 deu novo sentido à técnica da formação dos partidos políticos, pois a sua formação passou a depender da existência de um número mínimo de 10.000 eleitores, distribuidos em 5 ou mais Estados da República. Por sua vez o Código Eleitoral vigente da República brasileira, constante da lei n.º 1.174 de 24 de julho de 1950, procura ainda mais intensamente fortalecer as agremiações partidárias, e se de um lado determina que os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público interno, por outro lado sujeita a sua constituição a um registro prévio no Tribunal Superior Eleitoral.

Para êste efeito o registro deverá ser pedido ao mesmo Tribunal por 50.000 eleitores, distribuidos em cinco ou mais circunscrição eleitorais, com o mínimo de 1.000 eleitores em cada uma, devendo adotar programa e estatuto de sentido nacional. Afim de manter a sua permanente legalidade, qualquer partido terá concelado seu registro se em eleições gerais não satisfizer uma destas duas condições: eleger no mínimo um representante ao Congresso nacional ou alcançar 50.000 votos de legenda em todo o país.

Aliás, o Brasil adota presentemente a técnica da representação proporcional, que tende naturalmente a uma excessiva fragmentação partidária. Para corrigí-la seria necessário que se

fortalecesse os grandes partidos, com técnicas apropriadas para a eliminação de pequenos partidos. Estes, às mais das vêzes, apresentam o mesmo programa, apenas interêsses eleitorais diversos os discriminam, e a sua pulverização instabiliza a orientação política do govêrno. A adotar-se a representação proporcional, seria viável corrigí-la, só permitindo a formação de partidos com um número maior de eleitores, que subscrevessem o seu pedido de registro, e que tivessem o seu registro cancelado automàticamente, desde que não conseguissem uma maior representação no congresso ou um determinado número de votos nas legendas nacionais, superiores ao atualmente determinado.

No Brasil, por ocasião da nova República, com a restauração democrática, fundaram-se diversos partidos, ingressando no regime de legalidade o próprio Partido Comunista. Mencionando-se, para efeito de exame estatístico, o resultado das eleições realizadas em 12 de dezembro de 1945, pôsto que nas eleições de 1950 o Partido Comunista não poude concorrer, por ter sido cassado o seu registro, tem-se o seguinte quadro demonstrativo das eleições com referência ao número de congressistas: Partido Social Democrático: 151 deputados e 26 senadores; União Democrática Nacional 77 deputados e 10 senadores; Partido Trabalhista Brasileiro: 22 deputados e 2 senadores; Partido Comunista Brasileiro: 14 deputados e 1 senador: Partido Republicano: 7 deputados; Partido Republicano Progressista: 2 deputados; Partido Popular Sindicalista: 4 deputados e 1 senador; União Democrática Nacional e Partido Republicano em coligação: 6 deputados e 2 senadores; Partido Libertador: 1 deputado e Partido Democrata Cristão: 2 deputados.

Às eleições presidenciais de 1945 concorreram diversos candidatos à suprema magistratura nacional: Eurico Dutra, pelas fôrças majoritárias do situacionismo e do PSD, obtendo .... 3.251.507 votos, Eduardo Gomes pela UDN com 2.039.341, Yedo Fiuza Fiuza obtendo .... 569.818 votos como representante das fôrças comunistas, e afinal Rolim Telles com 10.001 votos. ao todo o conjunto .... 5.870.667 eleitores, dos quais 10%, como se vericica da exposição, pertencentes ao eleitorado comunista.

Apesar de terem votado apenas 5.870.667, o número de eleitores inscrito foi maior, no total de 7.459.989, dos quais 5.319.678 no interior e ..... 1.966.797 nas capitais, de maneira que a percentagem de eleitores inscritos foi apenas 16,22% sôbre o conjunto da população.

Nas eleições de 1955 o Partido Social Democrático se consolidou ainda bastante mediante a designação do presidente Juscelino Kubitschek, ao mesmo pertencente, enquanto que o Partido Trabalhista elegia o vice-presidente Jango Goulart, fortalecendo-se bastante através do contrôle dos institutos e autarquias. Como um grande partido de oposição situou-se a União Democrática Nacional, a qual HERMANN MEYER-LINDENBERB, em artigo publicado sôbre o *Brasil* no novo *Léxico do Estado (Staatslexikan*, Freiburg, 1958, II, II, p. 147), afirma que representa a buguersia liberal e os latifundiários conservadores (UDN, dieals Oppositionsbewegung das liberale Buergertum und die konservativen Grundbesitzer zusammenhaelt).

No Brasil, como de um modo geral na América Latina, há uma certa instabilidade no poder político, que não se deve naturalmente a causas biológicas do sangue quente do temperamento espanhol ou português, nem tão pouco a fatôres geográficos ou da própria miscigenação racial, porém sobretudo a causas sociais e econômicas. Em consequência disso os partidos políticos brasileiros ainda dependem em alto grau da maneira como se correlacionam com as estruturas sociais e econômicas de distribuição do poder.

Mas como o contrôle das bases econômicas do poder está sobretudo concentrado nas fôrças rurais e agrárias, como uma industrialização que ainda não atingiu um grau eficiente de força, uma orientação conservadora ainda domina a feição dos partidos políticos. Como bem salientaram GEORGE SOULE, DAVID EFRON e NORMAN T. NESS em estudo intitulado *A América Latina no Mundo Futuro* (New York, 1945, p. 63), "a monopolização da terra tem sido e ainda é a fonte e a técnica do poder político na América Latina", e esta afirmativa se aplica integralmente ao Brasil.

Característica importante da estrutura agrária brasileira, da qual dependem em alto grau as fôrças dos partidos políticos e a desigualdade na propriedade da terra, ponto que em 1954, segundo informes do Departamento de Assuntos Americanos das Nações Unidas, 1,5% de tôdas as propriedades rurais atingia 48,4% da área rural, e em 1950, 64% da população brasileira habitavam nas zonas rurais, quando na Inglaterra em 1850, segundo ensina SOMBART em sua *Sociologia Rural*, artigo publicado na *Enciclopédia Sociológica Alemã* de VIERKANDT, já 50% da sua população viviam na ci-

dade. Cêrca de 50% a 60% das exportações brasileiras consistem de café, em dados válidos para 1952, e esta situação agrária, agregada ao contrôle dos recursos minerais dominado pela pressão estrangeira, pois em 1954 o Banco de Exportação e Importação em Washington forneceu mais da metade do capital para as fundições de aço de Volta Redonda, mantém ainda na segunda metade do século XX as mesmas bases convencionais do poder, nas mãos dos grupos que dominam a propriedade das terras e dos recursos minerais. Mas como a industrialização do Brasil não tem tido ainda a aceleração que seria de se desejar, o seu atual programa de industrialização nos conseguiu abalar as bases do contrôle social e econômico do poder através dos grandes proprietários.

É certo que nos derradeiros anos houve uma pequena marcha de avanço dos partidos populares, numa designação ampla para designar aqueles partidos mais vinculados às massas urbanas, e especialmente entre êles o Partido Trabalhista, sem levar em conta a ação subterrânea do comunismo.

Em interessante estudo de MERLE KING intitulado *Contribuição para uma Teoria da Instabilidade do Poder e da Política na América Latina*, publicado em *The Western Political Quartely*, chegou êle a conclusão de que "visto ùnicamente em funções dos padrões nacionais de posse da terra na América Latina, o proprietário parece que quase personifica a definição clássica da soberania".

Destarte, qualquer solução político-partidária a ser dada ao país, em uma análise objetiva do problema, leva-nos naturalmente a exigir uma alta industrialização do país, elevação no nível de vida do povo brasileiro, cuja renda *per capita* é ainda de cêrca de 250 doláres, melhorando a situação econômica do homem do povo e consequentemente a sua educação política. Com a industrialização e o urbanismo crescerão a independência do país, uma autentica soberania e não apenas legal, pois a posição da indústria é básica para a alteração das bases convencionais do poder econômico na América Latina e em todo o Brasil, transferindo-se das mãos dos proprietários de terra e dos controladores de recursos minerais para as mãos do próprio povo.

Sòmente com a rearticulação das fôrças econômicas em uma nova base, ou partidos políticos poderão representar nìtidamente as fôrças do eleitorado, consciente de si mesmo, atuando através de seus congressistas no parlamento com o elevado objetivo de salvaguardar a prosperidade do país e bem ajustá-lo em um clima de convivência no mundo contemporâneo.

Resumindo esta exposição sintética do problema partidário no Brasil, dir-se-ia que os partidos políticos são grupos sociais, regulados pelo direito positivo, congregando eleitores para a conquista do poder político e a realização de um determinado programa.

Històricamnte os partidos políticos nasceram em determinado momento da evolução européia, especialmente no século XVII na Inglaterra, com a designação tradicional de partidos Conservador e Liberal, representando as fôrças tradicionalistas e as fôrças renovadoras, num esquema ideológico que se difundia no século XIX.

Sòmente mais tarde, ao fim do século XIX e princípios do século XX, surgiram as agremiações partidárias de esquerda, à medida em que se consolidaram as fôrças proletárias e sindicais, partidos de grande relêvo nos países altamente industrializados.

No Brasil, os partidos políticos nascem depois da independência nacional, especialmente consolidados durante a década de 1830 a 1840, dominando no Império os tradicionais Partidos Conservador e Liberal, a que se agrega com pequeno significado histórico o Partido Republicano em 1870. Êste assume o contrôle da vida do país durante a 1.ª República, desde 1889 a 1930, sobretudo dominado pelos grandes Estados brasileiros de Minas Gerais e São Paulo, para onde se deslocou o centro econômico e demográfico do país.

Em seguida a êste período, depois do ligeiro intervalo social-democrático e da ditadura, desenvolve-se a tendência para os grandes partidos nacionais, regulados pela legislação eleitoral. Entretanto êstes grandes partidos sobretudo simbolizam as fôrças dos proprietários das terras e dos monopolistas dos recursos minerais, pois a grande fonte do poder político reside na terra, base convencional que está sendo lentamente erradicada através da progressiva industrialização do país, que paulatinamente colocará a soberania nas mãos do povo, numa autêntica expressão de democracia militante.

Poesias

CAPIBARIBANA

Gildo Tavares Nunes Machado

I

O velho Recife
Na lama do rio;
Embaixo da ponte,
Pescando siri.
No asfalto da ponte
O Recife sorri.

II

Velho Recife
Doente de fome.
Tanta miséria!
Mocaaambos:
Tocas de Tábua
De bichos humanos.
Tanta miséria!
E o rio é tão bom!

III

E o lado feliz?
Muitos poetas
Vêm cantar
O lado feliz. —
Sorrisos de espuma,
Domingo de tarde,
Aos brotinhos em flôr.
(As mulheres,
Tôdas elas,
Se sentem brotinhos
Nas horas Alegres
Da rua da aurora).

IV

Êsse Capibaribe...
Quando pede
Emprestada
Porção dágua
Ao oceano
E espera,
Quase humano,
Pela lua,
Donzela,
Dos espaços,
Tão ameaçada,
Ou, quem sabe?
Pela tua
Meiguice,
Velha cidade,
Quase menina.
Êsse Capibaribe...
Pode ser bonito
Em seu domingo de esquis,
Pode ser
Em sua brisa,
De ternura sem igual.
Mas não é
Como o outro,
Que é o mesmo;
Rio humilde,
Serviçal,
Capibaribe franciscano,
Que entrega seus peixinhos
e estende os seus braços,
Cheios de crustáceos,
Ao filho
Das sêcas e dos mangues
Consado
De dormir
Na rua,
De sofrer
Na cafua
Inóspita
Dos barracos:
Recife que chora
Um chôôôro de fome
Na boquinha aberta
De crianças tristes.

NOITE

Giovani Cribari.

Noite de estrêlas cristalinas,
Belas e puras,
Como o sonho das meninas.
Noites idas e vividas,
Da triste sina das raparigas.
Noite de sol morto,
Onde a palidez da lua passeia,
Na face indiferente e alheia,
Das prostitutas do Cais do Pôrto.
Noite universal,
Dos cabarés de Paris,
De mulheres viris,
Noite sem igual,
De fados em Portugal.
Noite eterna,
Perene peregrina,
Sempre velha,
Sempre menina,
A esconder segrêdos,
A ser confidente,
Até dos descrentes
Noite de bacanal,
Noite de orgia,
Da plebe,
Da burguesia.
Noite universal.

Recife, 22 de maio de 1959

LUÍZ COSTA LIMA FILHO

PENSO EM GILBERTO AMADO NO ANO EM QUE ME DESPEÇO(*)

Recebí de Estudantes o estímulo inicial para as primeiras tentativas da minha vocação pouco jurídica. Nela perdí os meus primeiros temores, à medida que escrevia as minhas primeiras idéias. Agora não importa o que deles tenha dito, a pouca clareza das verdades que pressentia, se que me despeço e sou-lhe grato. Se não tive a coragem para um conto, que terminou rasgado perdí, no entanto, o pudor de falar de mim. Mas, se falo de mim, é para dizer da minha geração e se penso em Gilberto Amado é para dizer que a sua geração difere da minha. É verdade que nenhuma idéia que a seu respeito espenderei seja mais do que idéia minha, contudo é mais verdade que, para se tornarem minhas, elas foram estimuladas pela problemática diversa da minha geração.

Penso em Gilberto Amado no ano em que me despeço.

Êle estreiou no ano de uma década-encruzilhada na história cultura brasileira e, assim dizendo, se entende que também de sua literatura. Em 1910 quando publica os primeiro artigos, a geração de Coelho Neto, Bilac, João do Rio, madura e dominante, desde o começo do século, difundia os seus padrões de vida e estilo. Homens de costas voltadas para os românticos, em lugar da forma lacrimosa e desgrenhada dêstes, que fingiam maus comportamentos perante os sistemas métricos — digo fingidos maus compotamentos porque raríssimas eram as desobediências às leis métricas — e perante a vida, que procuravam consumir em preces e gloriosas tuberculoses, aquêles praticavam uma forma cinzelada e estática, à maneira da plácida vida burquesa que os seduzia. O contentamento burguês que atravessava a república, em um tempo em que os mudanças efetivadas não eram mais dilemáticas, provocava a mudança dos hábitos literários. Nada de rodas boêmias e de hipocondria, a moda são as conferências. Discorre-se sôbre a água, sôbre o fogo, sôbre a tentação (1) e, no Recife, um estudante desta escola perora sôbre um grampo. (2). Que outra forma seria mais adequada que a peculiar desde a colônia? A verbalista, querendo o verbo pelo verbo, subtituindo o significado pelo som?

Gilberto Amado receberá êste jôrro sonoro em que se consumia as inteligências, com alguns protestos e rara emenda. Por outro lado, contudo, a década de 10 a 20 começava a refletir os sinais de próxima mudança. O impácto da 1.ª Grande Guerra, facilitadas as comunicações, rompe a demora que acometia os acontecimentos para repercutirem no Brasil. A 1.ª Grande Guerra abalou a euforia do nosso começo de século, nos apanhado, como sempre de resto, com o relatório atrazado. E, assim, a geração de 1910 passou da conformidade ao descompasso, da placidez à interrogação que só o movimento de 22 daria rumo. Gilberto Amado reflete êste choque, se inserindo numa transição. Êle que alcançara nomeada com uma "conferência", A Chave de Salomão, pouco depois escreve: "O que nos calharia, no momento, do ponto de vista literário, seria, por assim dizer, uma agitação romântica, no sentido que essa expressão pudesse comportar de exaltação febril da imaginação criadora, de arrancada gloriosa para o novo"... (3). De modo que não podemos entendê-lo senão o inseriamos no contexto da sua geração, que sofreu um drama de rompimento para encarar novos compromissos. Situado na tensão própria das épocas transicionais — entre o insistir no estilo e na vida fin de siècle que se prolongara, no até os primeiros anos do atual, a ponto de dizer-se, com razão, que o século XX brasileiro não começou no 1900 ou aguçar-se para um novo tempo, já pressentido pelos sintomas — as maiores fidelidades estilístico-ideativas de Gilberto Amado continuarão para aquela primeira, muito embora que estas fidelidades se acompanhassem por

notas de mudança. Convém, porisso, estudar as constantes do tempo coelho-bilaquiano, o que nele foi de novo em relação às velhas matrizes, afim de situarmos Gilberto Amado, no desdobramento cultural brasileiro.

Influência do positivismo nas matrizes culturais brasileiras

A partir do Renascimento, a ciência veiou se constituindo como um desafio disfarçado a Deus. Não porque fôsse ciência e Deus odiasse o conhecer. Mas, porque a visão vertical do medievo, além de ser incômodo era imposta e asfixiava o homem. Quando êle se libertou das travas mediaveis e teve os olhos para o mundo, incoscientemente procurou deslocar a divindade para o campo mais seu, o do mundo, que acabara de conquistar. Revestindo a sua atitude de disfarces e o próprio nome Renascença, como demonstra José Luís Romero (4), era um disfarce — pois não era uma volta que se dava, mas um começo o que os alvoroçava — disfarçaram não tocar em Deus. Quando, na verdade nÊle tocavam, não só para mudá-lo do céu para a terra, mas até para, aqui chegando, substituí-lo. A apologia de destruição, prefigurada por um marquês prêso na Bastilha, Sade, tinha o bastante desespêro para não ser ouvida pelo homem-povo; tampouco Nietzsche lhe ofereceu convicções.

O homem renascentista teve de esperar o triunfo do industrialismo burguês e o progresso da biologia com Dawin para se aventurar, com Auguste Comte, na 2.ª metade do século passado, a um sistema que, pretendendo continuar filosófico, desterrasse Deus a fantasia de uma idade ultrapassanda no progresso da humanidade, a metafísica.

Se o positivismo, na Europa, representou uma involução do pensamento metafísico, no Brasil, para onde se deslocou, êle foi um progresso e até um salto. Basta relembrar, para que se entenda o paradoxo, as raízes abstratas e verbalistas do nosso processo cultural. Embora nada êle tivesse de metafísico ou de profundo, era de metafísico e teórico como se conhecia. De modo que, se agora o europeu denegre a metafísica, novas perspectivas podem se oferecer ao Brasil. E, na má-afamada boutade de Sílvio, "a metafísica está morta". há um sinal promissor para aquêle Brasil. Não que êle estivesse intoxicado de metafísica, mas justamente porque não estando sequer capacitado, se imaginava, contudo, altamente desenvolvido em metafísicas. Assim o positivismo, no Brasil, não só ajudou a ver a realidade nacional, como a ver a própria filosofia, embora depois.

Mas não suponho que os ensinamentos de Comte e Spencer tivessem varrido, de uma hora para outra, os hábitos culturais que presidiam na mente nacional. E quais eram êstes hábitos? Não outros que os de alimentação ou superposição frente à realidade local. A começar pelo português colonizador, como notara Ambrosio Fernandes no Diálogo das Grandezas, éramos todos uns desterrados, vivendo perseguidos pela tentação de Europas, enquanto o corpo não podia se despreender do Brasil. Na procura de só enriquecer, para gozar, de volta, na santa terrinha — o que mais tarde deu lugar ao tipo do "brasileiro" na obra de Camilo — os colonos lusos transmitiam aos filhos, já então brasileiros, a indefectível nostalgia pelo não sei o que, com um tanto de Europa e um muito de sonho-invenção.

A escravidão nos legaria a 2.ª marca fundamental: a indisposição interna para o trabalho técnico, que as mãos só usavam os subalternos, os negros comprados. As mãos livres gesticulavam, davam ordens, se aproximavam na prece. Mãos que empunhassem a plaina ou o machado, ou que levassem o balde d'água ou um simples pacote eram mãos de quem desconfiava.

A escravidão nos legou uma educação para manter as mãos angelicais.

Alienação cultural, educação angelical, talvez a própria formação barroca dos missionários jesuítas foram as coordenadas das quais emergiu o verbalismo, que ainda nos acomete. Das quais emergiram o verbalismo e o bacharelismo, como a sua expressão refinada, o qual, se diga em defesa das faculdades de direito, não era só dos seus doutores mais de médicos, de padres, de militares.

Repiso as coordenadas que determinaram a nossa cultura, convicto de que sem partir delas não entenderei qualquer aspécto da sua realidade. A influência das formas culturais sôbre as formas literárias só agora começa a ser devida e amplamente enfatizada, no Brasil. Sem ter presente sua interrelação, corre-se o risco de não se puder valorar devidamente a ação de homens, que sendo pouco ou nada geniais, tiveram o seu labor contido nas dimensões presentes da sua cultura. E Gilberto Amado não foi um genial.

Na conferência que lhe trouxe celebridade, está vincada a dualidade interna que marcava o brasileiro. O escritor que procurava nas alturas cariocas, com tanto mau gôsto, acrescente-se "os áugures as síbilas, os deuses, a simbologia inspiradora e legendária destas alturas" (5), repetia a alienação de um Tomás Antônio Gonzaga a perguntar ao pastor Cláudio — pastor que era, na verdade, ilustre bacharel por Coimbra — pela sua choça (6). Com a gravidade de repetí-la dois séculos após, quando as condições da república já permitiam um ver o Brasil menos interpôsto de lentes européias.

O ensaio que abre o Grão de Areia, contudo, datado de 1916, compensou tôdas as desgraças antes escritas e, infelizmente, tornadas a aparecer de-

pois. Creio que êste tenha sido o melhor resultado oriundo da direção que assumiu o pensamento positivista no Brasil. Se Gilberto Amado, quando perdeu encanto pelo positivismo não realizou mais nada de louvável, em matéria de interpretação sociológica, a culpa certamente não cabe a Comte, mas a êle mesmo. Nas Instituições Políticas e o Meio Social no Brasil, Gilberto Amado antecipa as análises sistemáticas sôbre a nossa formação de Gilberto Freyre, Oliveira Viana, Fernando de Azevedo e até a discutida redução sociológica proposta por Guerreiros Ramos.

Em uma fase em que a formação intelectual de Ruy Barbosa — estupenda pela erudição jurídica e humanista, mas não filtrada para a circunstância brasileira — constituía o mais alto padrão a seguir, o ensaísta Gilberto, esquecido o mestre no instante, revela os cordões que dirigiam o império e a república. A falta de participação do povo no processo político nacional, a se prolongar da colônia para o império e do império para a república, transformando as constituições e as "instituições políticas" em ilhas onde iam se dessedentar os interêsses de uns poucos, os donos das terras, os padres, os militares e os de títulos fornecidos por Coimbra. Assim sucedera desde a constituição de 1824. "Era sómente para as chamadas camadas superiores do país que se ia promulgar a "Constituição", isto é, para os bacharéis, filhos dos colonos enriquecidos ou abastados, que voltavam de Coimbra; para os magistrados da colônia associados no interêsse da independência; para os padres acumulados nos seminários do Rio, de Minas, de S. Paulo, da Bahia, de Olinda, do Maranhão, que tinham um papel político importantíssimo no tempo, graças à sua preponderância no seio das famílias; enfim, para os brasileiros que no interior, mercê de curiosidade própria, haviam adquirido a instrução necessária para ler livros franceses e portuguêses sôbre assuntos políticos" (7). Analisa a estrutura econômica em que repousava o triunfo do partido conservador: a aplicação do braço escravo e como a debacle daquele começou com o forçar inglês — cujos interêses do momento o mascaravam em grande povo humanitarista — no sentido de proibir o tráfico; e relaciona a estabilidade do império com o regime latifundiário e escravocrata, defendido pelos conservadores.

Mesmo que as mantenhamos inclinações antes literárias que sociológicas, vemos pouca obsevação que seja mais atual para o entendimento de nós mesmo, que aquela da falta de participação do povo no processo político brasileiro. Havendo tôda ordenação jurídica e política assumido um feitio de flor de estufa, de mero transplante decorreu, em primeiro lugar, que elas não respondessem aos reais interêsses do povo ou, se respondessem, não estarem feitas de modo a que pudessem ser manipuladas pelo povo. E, em segundo lugar, como natural decorrência, a desconfiança que surgiu entre povo e elite. O povo não usando as leis, não se interessando por elas, não colaborando com o govêrno, alheio aos problemas da sua comunidade pela desconfiança, que era também passiva, de que os governantes logo se aproveitassem da sua boa vontade. A ausência do povo no processo político brasileiro foi mais do que conformismo ou timidez ou desinterêsse. Foi surda reação. Por outro lado, a elite mantinha uma "acabrunhante" tristeza pela índole "egoista" e "preguiçosa" do povo, procurando "corrigí-los" com as soluções a que chegavam os de melhor, indole, os louros alemãs, os esguios inglêses, os práticos americanos.

Ausente o povo, sòzinhos os doutores, o conhecimento empírico raramente se elevava a norma racional e a norma racional raramente possuia praticabilidade. Daí decorreu que não fôssem os estadistas brilhantes os melhores estadistas, como observa Gilberto Amado, convicção ainda hoje arraigada, quanto a, também do divórcio povo e elite, de que inteligente mesmo é o homem meio sem estudos, meio sem métodos, que na hora precisa passa a perna nos consumidos pelas vigílias livrescas. Mais longe iríamos encontrando nesta desvinculação a origem da conotação depreciativa que, entre nós, assume as palavras "literato", "poeta", "filosófo". É que se encontrando êstes tipos amiúde entre os abstratos da elite — recorde-se com Antônio Cândido que, desde a luta pela independência, só foi reconhecido ao intelectual um papel social através da sua participação em campanhas cívicas — e, não possuindo a "sagacidade" que os políticos, mesmo os abtratos, terminam por conseguir, constituíam os poetas, os diretores, os filósofos figuras exóticas no meio dos homens ditos práticos. Não só exóticas, mas perigosas à estabilidade econômica das famílias, contra os quais os parentes responsáveis de ambos os grupos, do povo e da elite, se armavam e armam, com os graves conselhos.

Como se vê, o ensaio trazia um fôlego que custa conceber não sustentados. Com efeito, Gilberto Amado nem continuou a trilha aberta, nem, ao menos, se firmou na inteireza dos pontos de vista. Antes os contraditou por meias palavras. Repeliu grandes achados por grandes clichês.

Na recordação de Pinheiro Machado, pronunciada em 1921, que o protegera na indicação dos candidatos a serem votados deputados por Sergipe, escreve o seguinte: "Com a sua índole relativista de verdadeiro homem de Estado, Pinheiro tinha a convicção de que a atividade política no Brasil havia de ser exercida, por falta de espontaneidade da colaboração do elemento popular, ainda inapto às suas funções diretoras, pela in-

teligência e pela educação dos homens organizados em partidos, com programa definidos, que se deduzissem do estado das nossas condições presentes e das nossas possibilidades futuras" (8). O antigo ensaísta de 16 não mais sentia que êsses "programas definidos" sem a colaboração real do povo, continuariam *montados* sôbre êle, prolongando o status do passado. Membro da geração nova, não lhe custou confraternizar com os políticos imbuídos dos vícios antigos: o centralismo, o voto dirigido, a politicagem substituindo a planificação racional. Da prematura acomodação do autor só podemos lamentar. Com a inluência que cedo alcançara, Gilberto Amado têve a oportunidade rara para um intelectual de colaborar na mudança de sentido da nossa política. Entretanto as altas esferas deram-lhe outro disapasão.

A mudança de tom persistiu e, no ano seguinte, na comemoração do centenário da Independência, escreve: "A intensificação do tráfico, assegurando a entrada de braços em número suficiente para a lavoura, favorecendo o rápido incremento da produção agrícola, na época em que a mineração e a criação pastoril não podiam acorrer à sustentação do país e à manutenção da sua autonomia econômica, permitiu a celerado crescimento da propriedade territorial e o engrandecimento das famílias dominadoras de cujo seio saíram os guias, os chefes, os orientadores do país, bacharéis, doutores, generais ... que criavam e consolidaram o regime constitucional do império, organizaram a justiça pública, debateram, esclareceram e sistematizaram o direito privado, e sua processualística, formaram e definiram a liberdade civil, fortaleceram o crédito público, fundaram enfim o engenho, a fazenda, as cidades a casa brasileira, o Brasil-nação estável, pacífica, solena, que esplendeu "etc", (9).

Não são motivos de ordem humana que estranham êste novo Gilberto. É a falha coerência com o que êle notava em 1916. Se a escravidão fortaleceu o latifúndios, as "famílias dominadoras" intelectual e polìticamente que garantiram a estabilidade do império, mais dificultou, por outro lado, a participação do povo no processo democrático brasileiro. A escravidão têve vantagens e desvantagens e Gilberto Amado possìvelmente sabia disto. Não convinha esquecê-lo, mesmo em datas propícias para o porque me ufano.

Restaria perguntar se o afastamento da política não teria ressuscitado o ensaísta de valor bissexto. Contudo os auto-elo-

(Continua na pág. 47)

VICE-REITOR

O Conselho Universitário elegeu por aclamação o professor dr. Soriano de Souza Neto, vice-Reitor da Universidade do Recife. A escolha do dr. Soriano Neto — professor e Diretor da Faculdade de Direito — para o cargo, vem sendo muito bem recebida nos meios culturais, sociais e estudantís.

Os acadêmicos de Direito prestam em "Estudantes", as homenagens ao seu mestre.

f d comemorado o 11 de agôsto

O 11 de Agôsto, dada da Fundação dos Cursos Jurídicos do Brasil e 13.º Aniversário da fundação da Universidade do Recife, foi êste ano comemorado com grandes festas.

Logo pela manhã, professôres e alunos das diversas escolas de Ensino Superior dirigiram-se em ônibus especiais para a vizinha cidade de Olinda onde foi celebrada uma Missa em Ação de Graças. Após a solenidade religiosa, que teve lugar no Mosteiro de São Bento, a comitiva visitou as velhas dependências da Faculdade de Direito (antigamente localizadas no citado Mosteiro). Na ocasião falaram os colegas Santos Rosas, (pelos bacharelandos), e José Edivaldo (pelos primeiranistas).

Ainda pela manhã, na Faculdade de Direito, com a presença do Magnífico Reitor dr. João Alfredo, do Diretor da Faculdade dr. Soriano Neto, do Corpo Docente e Discente da Escola foi inaugurado, o Restaurante e as novas instalações do Diretório Acadêmico. Falavam entre outras pessoas o Presidente do D. A. Luís Rangel Moreira, (realizador dos melhoramentos), o Prof. Soriano Neto, e o Magnífico Reitor dr. João Alfredo. A seguir o Reverendo Pe. Almery Sampaio benzeu as novas instalações. Após foi servido o tradicional almôço. Durante o ágape, sucederam-se novos discursos. Usavam da palavras o universitário Carlos Galisa, o Prof. Soriano Neto (que em inflamado discurso salientou o papel da Universidade, na salvaguarda do regime democrático), o Prof. Abgar Soriano, o Prof. Lourival Vilanova, (Secretário da Educação Cultura), e encerrando, em salve alocução, discursou o Magnífico Reitor João Alfredo Gonçalves da Costa Lima.

Fotografia do almôço de confraternização, vendo-se o Magnífico Reitor João Alfredo, Profs. Soriano Neto, Lourival Vilanova, Abgar Soriano, Rodolfo Araújo e Palhares Reis

O PROBLEMA BRASILEIRO E A MISSÃO DO ESTUDANTE(*)

A necessidade de transformar fundamentalmente as instituições econômicas, sociais e culturais do Brasil, lançou-nos à luta pela participação direta no Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito de Recife.

Nunca escondemos nossos propósitos; não ensaiamos jamais qualquer tentativa de mascaramento de objetivos menos dignos à nossa condição de cidadãos da República, quando mais não fôsse pela ilicitude com que pudesse ser envolvida nossa ação especìficamente estudantil em face de certos fatôres ponderáveis da organização política vigente.

Somos, desde certa altura de nossa História política, um Estado Cartorial. Mas antes que assumamos uma posição crítica de superação dessa etapa, é preciso que tomemos consciência dela.

O Estado Cartorial é o caldo de cultura do homem conservador, do pensamento estagnado e retrógrado. É o Estado típico dos momentos de transição. Quando a circulação natural das classes sociais atinge seu ponto de menor elasticidade, as classes dominantes, ciosas de seus postos tenasmente conquistados e dos privilégios decorrentes dêles, lançam mão de todos os recursos com o fito de manter-se incólumes e inabaláveis por sôbre as vagas furiosas que as classes dominadas tendem a gerar no abismo de suas misérias. Nunca as classes històricamente ameaçadas de substituição se conformaram com seu destino. Foram sempre movimentos de reação à maré montante dos fatos novos que se sucędem e que põem em perigo os velhos modelos organizatórios da sociedade. É como se fôsse um moribundo que não se desse conta de sua hora próxima, e violentasse o médico que o estivesse assistindo a-fim-de lhe minorar os últimos sofrimentos; ou blafemasse contra o sacerdote que lhe viesse administrar a Extrema-Unção, a pretêxto de estar repelindo o mau-agouro.

Mas a morte virá, a todo o custo. E com ela a vacância de posições a serem ocupadas por setores já bem desenvolvidos da nova situação, para o que se demandam tempo largo e sacrifícios insanos.

No Estado Cartorial moderno representa-se de novo o drama medieval da escolástica e do "magister dixit". A escolástica, que ontem resumia o conhecimento humano a crítica faciosa dos clássicos greco-romanos, restringindo aos filhos-família do baronato feudal e as vasto mundo clerical o preciosismo da cultura da época, essa mentalidade escolástica do "magister dixit" e do dogmatismo furibundo, que gerou a Inquisição e os Autos-de-Fé, hoje se apruma na corda bamba da crise histórica, tenteando as paredes carcomidas de um edifício social cambaleante.

O Estado Cartorial reedita hoje a catástrofe da ortodoxia vesga e dos fogos-de-artifício de um idealismo artificial e sem vitalidade humana. Esquecia-se o homem, esclausurando-o dentro dos mosteiros seculares; negava-se o humanismo, pois a vida era antes contemplação unívoca de idéias, sem a necessária vivência em meio à multidão, refugiando-se a tôda participação existencial no mundo.

O Estado Cartorial e a formidável casamata em que se aconchegam os remanescente da organização política do Brasil semicolônia, do Brasil adolescente que se faz homem e recusa tutores.

Tôda vez que a evolução atinge certo estádio crítico, as camadas superiores da sociedade se ajuntam mais e criam pontos de estrangulamento que tolhem de uma maneira mais ou menos intensa, o avanço rápido do processo evolutivo.

No Brasil, como em qualquer lugar onde cresça, o Nacionalismo econômico é a formulação crítica, defensiva e revolucionária da ofensiva das classes em ascenção. A burguesia capitalista rompe o casulo e desponta fascinada para o século da máquina. Ao seu lado, o homem do campo passa em revista o regime de reprodução que o massacra e estiola, e denuncia a incompatibilidade do desen-

PEDRO MOTTA DE BARROS

volvimento das fôrças produtivas com relações de propriedade que as aprisionam.

Na cidade, a população pobre se amontoa nos cubículos, favelas e mocambos. As doenas, a fome e a ignorância não ofereceram perspectivas de diminuição fora de um plano rigoroso visando a ampliação acelerada do índice ocupacional da mão-de-obra. O crescimento vegetativo da população urbana e a migração contínua da população rural alargam a faixa do desemprêgo e seu fruto natural: a delinqüência.

Só a industrialização intensiva ocupará essa gente; só a multiplicação desabalada das unidades de produção suprimirá o "chômage" e o desemprêgo disfarçado; só a pulverização de empresas criará alguma renda para êsse exército infernal de marginais.

No interior, o excesso de concentração fundiária nas mãos de um reduzido número de proprietários suprime qualquer veleidade de progresso na vida campesina. A estrutura feudal do campo não aproveita siquer ao próprio dono, quanto mais ao sem-terra. O latifundiário. ganancioso e exclusivista, não percebe, cego que está por causa do imediatismo de seus princípios bolorentos, que é êste velho e superado regime de reprodução a origem profunda da legião de males que empresta a região agrícola.

Se o latifúndio improdutivo e mal aproveitado está na primeira linha dos fatores responsáveis pela baixa produtividade agro-pecuária, acarretando, ao mesmo tempo, uma desigual distribuição da renda regional, a sêca vem apenas como eventualidade climática (perfeitamente superável) que agrava em grande escala as conseqüências danosas do velho tipo de exploração fundiária.

Mas como vencer tôdas essas barreiras? Como quebar os grilhões que acorrentam as economias rural e urbana a um mesmo pelorinho de rotina e desequilíbrios? Como ultrapassar essa fase de exploração predatória das nossas reservas naturais e humanas? Como nos desvencilharmos da periferia econômica e cultural a que nos submeteram certos Estados altamente industrializados e que atingiram êsse climax de abundância às custas do sacrifício de tantos milhões de seres humanos?

Os fatos que as estatísticas esclarecem são por demais convincentes para comprovar o assalto que o capital estrangeiro pratica impunimente sôbre as riquezas do País, sufocando assim nossas maiores possibilidades de capitalização, com o intuito de sustar o ritmo de desenvolvimento de nossa economia.

O IBGE não tem o menor interêsse em mentir. Pois bem, é o próprio IBGE que afirma o seguinte:

Em 1955 a entrada de capital no Brasil, seja em forma de investimentos e reinvestimentos, seja como empréstimos ou financiamentos, atingia a cifra de 103 milhões de dólares. — A saída subiu a 209 milhões de dólares, dando-nos um deficit de 106 milhões de dólares. Em 1956, o deficit cresce para 128 milhões de dólares; em 1957, atinge 141 milhões de dólares, e em 1958 a sangria de nossas divisas aumenta 450 milhões de dólares. (*) — 2.

E acrescenta o senador católico Domingos Velasco, de quem tomamos êstes dados: "Quer isto dizer que, sòmente em 1958, quase meio milhão de dólares foi drenado para o exterior".

Êste, e outros inúmeros fatos que podem ser apreendidos nas publicações especializadas, comprovam a assertiva de que não é Brasília a "causas causans" de nosso subdesenvolvimento, mas sim o imperialismo econômico acumpliciado com os setores estagnados da sociedade brasileira.

Por isso corporificou-se em ideologia o pensameno nacionalista. Em tôrno dêle se aliaram as classes novas que despontam para essa segunda metade do século. Contra o capitalismo monopolista internacional se rebela o capitalismo nacional desejoso de ter o seu lugar ao sol. Ao empresário estrangeiro que drena para o exterior o dinheiro necessário para a compra de máquinas agrícolas e indústriais, de fertilizantes e serviços de irrigação, o empresário nacional impõe que êle se submeta a uma legislação limitadora de seus lucros excessivos; que sejam nacionalizados os bancos de depósitos (como ocorreu nos EE. UU.); que a exploração das riquezas básicas, por sua própria natureza requerendo vultosos capitais, esteja sob a responsabilidade direta do Estado; que o Govêrno lhes forneça facilidades de ordem cambial e assistência técnica especializada, assim como um mercado de mão-de-obra apto e um mercado de consumo abundante.

Contra êsses princípios se opõem, como é obvio, os próprios grupos econômicos internacionais, seja através de pressões diretas, subôrno e falseamento da opinião pública, seja mediante pressões indiretas pelas vias diplomáticas de seus Estados de origem. Ajudam-nos nessa faina sinistra os grupos ditos "nacionais" atraídos à órbita imperialista em virtude de empréstimos condicionados a concessões, ou de associação pura e simples com tais grupos privados alienígenas. Exemplo entre nós são as emprêsas de exploração da energia elétrica e de distribuição dos derivados do petróleo; as firmas ligadas à produção e comércio das matérias primas destinadas a exportação, etc. Êsses grupos, ameaçados em sua dominação monopolista, procuram, por todos os meios, obstar a criação de um parque genuinamente nacional que lhes faça concorrência ou que vise substituí-los inteiramente. Diante dêste perigo, a solução que êles encontram é a solicitação de empréstimos vultuosíssimos aos bancos oficiais do País, assegurando, assim

lucros astronômicos, com um mínimo de risco, pois o maior risco foi transferido para os órgãos nacionais de crédito público. Os empréstimos concedidos à Light & Power, com a finalidade de construir as hidrelétricas de Furna e Três Marias (S. Paulo), ilustram bem êsse método típico de acorrentamento financeiro. Dêle se ressente, sobretudo, a população e a indústria nacionais, vítimas que passarão a ser das tarifas arbitrárias e escorchantes manipuladas pelo truste da energia, cujo prêço de venda, nêsse caso particular, foi acrescido em sete vêzes sôbre o custo originário do kilowatt.

O Estado Cartorial brasileiro, principalmente na atual conjuntura, reflete, com infinita clareza, êste dilema que aflige as correntes de opiniões dominantes no País. O industrial da cidade luta, contra a Instrução 113 da SUMOC que veio conceder privilégios inconcebíveis às emprêsas imperialistas, em detrimento de nossa incipiente vida empresarial; e o proletário sem trabalho e com ínfimo poder aquisitivo, dá seu braço forte ao industrial que lhe abrirá as portas de milhares de Fábricas e de mercadoria mais barata. Solidária com ambos estão o pequeno, médio e grande agricultor capitalista, os quais por seu turno, se aliam ao componês sem terra, um e outro sufocados em suas aspirações de liberdade o progresso pelo latifúndio tentacular, improdutivo ou debaixa rentabilidade.

No Estado Cartorial típico, a análise dêsses problemas sofre as restrições mais vigorosas, por isso que ainda restam nos postos-chave da administração os remanescentes da antiga quadra histórica em que domina vam os poderosos consórcios mercantis ligados as metrópoles colonialistas e os grupos feudais ligados à antiga estrutura agrária. As restrições de ordem particularmente econômico-financeira (e aqui cabe uma crítica ao caráter classista assumido pela própria ciência), se transformam em sanções de natureza política contra setores progressistas da organização estatal, inclusive impedindo-os de participar das deliberações de interêsse público, evitando a sintonização dos intersses populares e progressistas, os quais em última análise, estão contrapostos, fundamentalmente, aos interêsses específicos do antigo sistema, que é anti-popular e antiprogressista.

Essas sanções, de âmbito político passam para o campo cultural atingem as artes (cinema, literatura, música), o padrão de vida (vestuário, atitudes, costumes moralidade, penetrando, enfim, na educação. E uma preocupação básica se cristaliza: a sobrevivência do sistema decadente (piedosa ilusão!) será assegurada com a renovação constante e unilateral de seus quadros intelectuais, com a proliferação de legítimos candidatos aos postos-chave de sua burocracia, de sua máquina política e do sua engrenagem jurisdicional. Missão: entravar o processo de circulação das classes e das elites, deter a marcha do desenvolvimento econômico e social, estancar o fluxo da História. Ás vêzes ocorrem a dominação total dêsses grupos: daí aflora uma contradição nítida e contundente em face das correntes populares. Outras vêzes a contradição exsurge dentro dos próprios círculos oficiais, provocando lutas em duas frentes: a palaciana e a popular. A vitória da frente popular esta condicionada à superação do conflito palaciano.

A missão do estudante, no transe atual da crise brasileira, é concorrer para a anulação das peças obsoletas que se aninham nos entrefolhos do comando político e financeiro da Nação.

Nossa missão presente é sarjar a pústula que contamina o corpo administrativo da organização constitucional, erradicando os elementos retrógrados que tentam obstar o evolver de nossas instituições democráticas.

Nessa missão é denunciar a interferência criminosa dos setores governamentais que conspiram contra as necessidades de progresso da Pátria. Nossa miss*ão* é pôr ao vivo a mancomunação de estudantes de certa formação política, com um tipo hoje superado de mentalidade sócio-econômica. Nossa missão é constituir grupos de pressão democráticos arientados no sentido de transformar a cultura brasileira em bases nacionalistas e populares, a-fim-de manter acelerado o ritmo de nosso desenvolvimento independente, suprimindo os entraves institucionais que a velha cultura colonial e semi-feudal interpôs, graças ao domínio do imperialismo opressor, ao clientelismo das esferas governamentais, ao palacionismo dos corredores escolares, ao desconhecimento de nossa realidades sociais, econômicas e culturais, e ao bacharelismo das nossas elites.

O Povo precisa de alimentação e de educação para o desenvolvimento. A Universidade precisa se plantar no chão e catar os dados concretos de nossa vida presente. O Brasil precisa de uma carta de alforria.

Nós, os estudantes de boa vontade, trabalharemos nêsse sentido. Independentemente de compromissos de ordem filosófica, política ou religiosa, os estudantes precisam forjar sua união indissolúvel, contemplando sobretudo a emancipação completa da Pátria. Só agindo assim seremos dignos dela. Só procedendo assim mereceremos o acatamento dos homens de hoje, e o respeito das gerações futuras.

Forjamos nossa unidade monolítica em tôrno do ideal nacionalista, um dia poderemos dizer alto e bom som: Entregamos ao Brasil sua carta de alforria — DE GRAÇA E PARA SEMPRE!

(*) Discurso pronunciado por ocasião da Posse Solene do Diretório Acadêmico da Fac. de Direito do Recife, pelo representante

(Continua na pág. 47)

CARNAVAL

LUIZ CARLOS DE ANDRADE

Formado há pouco mais de cinco anos, o Dr. Henrique era o modêlo de médico bom e homem honrado. Casara-se pouco depois de concluidos seus estudos estando sua vida em função da clínica e do lar. Procurava, talvez no trabalho suprir o desapontamento causado pela Providência em não lhe dar filhos, escondendo sua frustação na penosa tarefa de salvar vidas.

Adorava pregar peças nas pessoas de suas relações, o tipo do bonachão, trazia em sua fisionomia sempre alegre um perfeito contraste com o drama íntimo de não ser pai.

Por outro lado, a sra. Judite era um exemplo de espôsa.

Pobre homem, triste mulher! Casados há quatro anos e até agora nem um sorriso de criança alegrara aquela casa sombria da rua Ana Carvalho.

* * *

O Carnaval se aproximava. Já se ouvia por tôda parte o ritmo excitante do "frêvo" e o compasso das marchas e sambas. Uma semana mais e os "blocos, "maracatus", "troças" estariam nas ruas, trazendo a alegria para todos.

Como gostavam do Carnaval aquêles dois! Era uma maneira fácil de esquecer durante três dias tôdas as decepções.

Naquêle ano, Da. Judite estava mais eufórica do que em qualquer outro. Iria estrear sua bela fantasia de "Catarina da Rússia" no domingo, e o primeiro prêmio seria seu, sem dúvida alguma.

O grande dia chegou. Logo cedo, passaram os primeiros "blocos", que alvoraçaram desde a Joaninha — a consinheira — à dona da casa e até ao patrão.

De instante em instante, corria a patroa para a janela e a empregada deixava seus afazeres, para acompanhar até a esquina, o "Pilão de Ouro", o "Café Pequeno", o "Pé rapado" e tantos outros clubes que passavam com suas batucadas alegres. Voltavam depois, uma para suas meditações sôbre o sucesso da fantasia no "Clube Azul", outra para as sucessivas lavagens de pratos e limpeza do chão.

Mas, como não "há bem que sempre dure", logo depois do jantar, o Dr. Henrique declarou à espôsa que não poderia ir ao baile da noite. Precisava atender a um cliente, cujo estado inspirava cuidados e de quem não poderia se afastar naquela ocasião.

— Henrique, hoje eu ia estrear minha fantasia. Não poderia deixar seu cliente para amanhã? Você tem trabalhado tanto...

— Não posso, querida. O dever impõe que hoje eu renuncie à festa. Como médico, é impossível deixar aqueles que necessitam dos meus serviços às portas da morte, enquanto eu me deleite num baile de Carnaval. Jamais dormiria tranquilo se tal acontecesse.

Enquanto isso, a Joaninha foi a mais afortunada dos três. Sua patroa dispensou seus serviços logo depois da refeição e assim ela poderia ir à sua "gafieira".

Logo ao chegar ao "baile", é abordada por um certo "cavalheiro", que trazia suas feições ocultas por uma destas máscaras que muito se assemelha ao Diabo. Como precisava dançar, aceitou o convite e assim ficaram juntos grande parte da noite. Pretendiar depois ir alguma outra parte, quando os primeiros pingos anunciaram a queda de uma chuva torrencial.

Foram assim obrigados a adiar o "programa", marcando encontro para o dia seguinte.

* * *

Ainda neblinava, quando a Joaninha voltava melancòlicamente para casa, pensando naquele homem estranho e atencioso que até pouco tempo lhe servira de companhia. Já havia aberto o portão, quando parou um automóvel e dêle desceu Da. Judite. Explicou que, aborrecida de ficar sòzinha, fôra para a casa de sua tia, com quem passara a noite e agora, seu marido a trazia de volta.

Sonolenta e pacientemente a cosinheira a tudo ouvia, estranhando contudo que sua patroa viesse lhe contar coisas de sua vida privada. Ela, que nada precisava saber.

Pouco depois, ouvia-se a campanhia tocar. Era o Dr. Henrique que regressava, profundamente abatido.

Feias olheiras denunciavam que passara a noite em claro e que seu trabalho fôra árduo. Ao entrar, previniu que ninguém o incomodasse. Estava cansado e precisava dormir.

Ao servir a mesa, mais tarde, a Joaninha apenas pôde reprimir seu espanto. Pendurado no cabide, estava um "Diabo", que alguém deixara alí, por um dêsses chamados "engano da peste"...

Por outro lado, o Carnaval também trouxe sorte para Da. Judite, porque depois de nove meses, dava à luz a um robusto menino, que certamente se chamaria HENRIQUE JR...

ECONOMIA

GERALDO SANTOS NEVES
INSTRUTOR DE T. W. I.

TREINAMENTO DOS SUPERVISORES E PRODUTIVIDADE DA MÃO DE OBRA

"O progresso é o aumento da rapidês com a qual o homem domina as dificultadas" (Jean Fourastié)

I — Notas Sôbre a Produtividade

Partamos da noção mais elástica de produtividade: é a relação entre a produção e os fatores que concorrem para ela, como matéria prima, máquinas, empregados executivos, supervisores, etc.

Mas a produtividade pode ser encarada de dois modos, o que nos dá espécies dela: a produtividade global e a de um fator. A produtividade global é a obtida pela Fórmula:

$$PG = \frac{\text{medida da produção}}{\text{medida dos fatores utilizados}}$$

São considerados, então, todos os fatores que influiram na produção; não é fácil de conseguir, nem conduz a resultados seguros, a obtenção da produtividade global de uma economia nacional ou mesmo de uma só emprêsa. Este motivo fêz com que fosse quase abandonada, na prática, sendo preferida pela pesquisa da produtividade de um só fator. Esta se consegue aplicando a fórmula:

$$PF = \frac{\text{medida da produção}}{\text{medida do fator}}$$

Não é necessário demonstrar o quanto est segunda fórmula é mais simples que a outra. Por esta razão tem sido usada quase com exclusividade. Vejamos a corroboração de Jean Carrié: "de fato, a produtividade de um fator, e, em particular, do fator TRABALHO tem servido de base à quase totalidade dos trabalhos realizados até hoje" (1)

Tem-se dado maior atenção ao fator humano, e não é sem razão. E êste interêsse se explica pelo fato de ser o trabalhador, ao mesmo tempo, produtor e consumidor de bens, ocupando, assim, o lugar de maior destaque entre os fatores produtivos, e merecendo atenção constante, pela instabilidade se sua eficiencia. As máquinas não fazem greve...

Realmente, é o progresso técnico, decorrente do progresso científico, de grande importância no aumento da produtividade. Mas o que ocorre hoje é que a responsabilidade pelo aumento da rentabilidade maquinária de uma emprêsa está entregue a um pequeno grupo de especialista extra-emprêsa, e a eficiência e produtividade do material técnico assim, escapa da alçada dos empresários. O mesmo não acontece com o fator trabalho. Depende dos empresários e de entidades estreitamente ligadas a ela, que seus empregados sejam altamente produtivos ou não, dentro das possibilidades permitidas pelos fatores da produção.

Eliminar as dificuldades surgidas com o pessoal, durante o processo produtivo, depende da ação direta ou indireta dos empresários.

Mas o trabalhador também. Empregando o têrmo "trabalhador" no sentido mais amplo, terá a produtividade dos trabalhadores influência sôbre o nível medio de vida de um povo? A resposta afirmativa se faz clara. Emprega Jean Fourastié o tempo como medida da produtividade da mão de obra; chama, assim, de produtividade "a produção por unidade de tempo" (2) Afirma então que "para que o nível de vida de um povo possa elevar-se, é preciso que a produção global dêste povo, por unidade de tempo, cresça, e que a população ativa evolua de maneira que a estrutura da produção se adapte, pouco a pouco, à evolução da estrutura do consumo". O único meio, então de elevar o nível de vida médio de um povo é aumentar sua produtividade, "a menos que a duração do trabalho aumente. (3)

Fizemos a digressão para salientar a importância fundamental do aumento da produtividade. Voltemos ao trabalhador dentro da emprêsa.

II — Como Aumentar a Produtividade da Mão De Obra?

À primeira vista pode nos parecer que operários produtivos são aqueles que melhor ganham. Esta é a opinião corrente nos Estados Unidos, onde há um clima psicológico favorá-

vel à Teoria dos Altos Salários, expressa pelo Barão Snoy et d'Oppuers (4) na seguinte fórmula: "a elevação do custo da mão de obra obriga as emprêsas a se reorganizar e a racionalisar, com o fim de dar ao fator trabalho um coeficiente maior de utilidade e produtividade". Mas, da mesma maneira que aumentaríamos a produtividade aumentando o custo da mão de obra, também a aumentaríamos se aumentássemos o custo dos outros elementos da produção, e até se jogássemos dinheiro fora! A pressão fiscal exerceria o mesmo efeito, e assim por diante. Não poderia haver maior absurdo, pois, se, depois de aumentados os salários, a emprêsa não conseguisse "reorganizar-se e racionalisar", teria que aumentar o custo dos produtos finais; e, "na medida em que o aumento de produtividade não fosse conseguido, resultaria um efeito inflacionista do qual não se conhece os inconvenientes", explica Louis Baudin. (5)

É claro que, numa emprêsa onde os salários não cobrem as necessidades mínimas dos operários, o descontentamento gerado ocasiona baixas de produtividade muito graves; mas, no caso, se houvesse um aumento de salários, o acréscimo da produtividade daí decorrente não seria proveniente de uma "reorganização" forçada da emprêsa, e só ocorrendo uma "racionalização" se dermos a êste têrmo um sentido lato.

Em condições normais, portanto, vale a fórmula de Baudin: "o laço entre o salário e a produtividade é muito frouxo" (6)

Na verdade, os aspectos psicológico e educacional são mais importantes que o econômico, no caso de não haver uma anomalia econômica grave, como já vimos acima. Trabalhador Produtivo é o trabalhador satisfeito, conhecedor perfeito do seu trabalho, e que aje pelos meios mais simples e racionais.

III – O T.W.I. – Treinamento de Supervisores

Por ocasião da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos se viram a braços com sérios problemas de mão de obra: precisavam aumentar sempre a produção do país, principalmente no setor armamentista, mas, por outro lado, precisavam aumentar também o número de homens em armas. A convocação era geral, e atingia duramente as indústrias, retirando das emprêsas elementos que concorreriam para o aumento de produção. Esta convocação atingia o nível da chefia também. Quando os supervisores (chamamos assim a tôda pessoa que dirige o trabalho de outras – gerentes, chefes de turma, capatazes, mestres, etc.) eram chamados às armas, procedia-se como ainda se faz muito no Brasil: escolhia-se os melhores funcionários dos setores, que eram promovidos a supervisores. Com isto se criavam dois problemas: perdia-se um bom funcionário e ganhava-se um mau chefe, pois ficou provado que um bom funcionário nem sempre é um bom chefe; o que entravava o processo da produção e diminuia sensìvelmente a produtividade do setor. Foi então criada uma Comissão Técnica para estudar o problema – daí se originou o T. W. I. (Training Within Industry, Treinamento dentro da Indústria, ou, mais resumidamente de Supervisores).

Os resultados da aplicação do método foram imediatos, "conseguindo-se extraordinário aumento na produtividade e na produção, fato que vem repetindo até nossos dias", informa Marciano Ribeiro. (7)

O T. W. I. foi então introduzido em outros países, e no Brasil desde 1941, na F. E. B., e, de maneira sistemática, desde 1951, tendo-se obtido resultados tão bons quanto nos Estados Unidos, onde vem sendo aplicado.

O Treinamento de Supervisores visa, em última análise, eliminar todos os entraves à produtividade da mão de obra, que possam surgir dentro de uma emprêsa. Por intermédio dos supervisores, sejam de qual for a categoria, quer-se conseguir manter as boas relações dentro dos setores de trabalho, treinar os operários, para que sua ignorância dos "segredos da profissão" não prejudique o rendimento do seu trabalho, e realizar êste mesmo trabalho pelos meios mais racionais.

Começa modificando o conceito clássico de supervisor não é apenas o que conhece perfeitamente o seu serviço e suas responsabilidades funcionais; há outros três requisitos a serem preenchidos para se poder considerar o trabalhador como apto a ser um bom supervisor; vejamos os cinco:

A) O Conhecimento do Trabalho, que é a espécie de conhecimentos que torna um trabalho diferente de todos os outros, inclusive em seus detalhes. É por demais lógico que uma uma pessoa não conhecedora de seu trabalho não estará apta a assumir um lugar de comando. Êste é um requisito básico, que os supervisores preenchem de antemão. O T. W. I. não trata dêle.

B) O Conhecimento das Responsabilidades, que é o conhecimento das normas dentro das quais êle e seus subordinados terão que agir; são os regulamentos, as regras de segurança, horários de trabalho,, etc. Cabe à administração das emprêsas dar êste conhecimento a seus supervisores, pois estas regras variam de emprêsa para emprêsa.

C) A Capacidade de Treinar o Pessoal, que tem como objetivo primordial fazer com que o supervisor saiba ensinar completamente aos seus subordinados O QUE deve ser feito, QUANDO deve ser feito, em relação a cada trabalho. Aí é que começa a ação do método. Sua finalidade, neste setor, consiste principalmente em: evitar desperdício, rejeições e re-

petições de trabalho; prevenir acidentes; ocasionar menor estrago de ferramentas e equipamento; favorecer as boas relações entre o supervisor e o pessoal, com a diminuição das reclamações; enfim, utilizando ao máximo a matéria prima, os equipamentos, e o tempo de que dispõe o trabalhador para realizar seu produto, num considerável aumento de produtividade.

Grande parte dos problemas que afetam diretamente a produtividade, são de treinamento. Quem está em contacto com seus supervisores promovidos a tal por antiguidade ou por conhecerem melhor o seu trabalho, não ignora que êstes, no geral, procuram entravar ao máximo o conhecimento completo de seus subordinados, para que êles não os ultrapassem e tomem seus lugares de chefia. Estão, assim, a todo momento, criando dificuldades a êsses subordinados, para que êles não penetrem nunca naqueles "segredos da profissão", que são a chave de um trabalho perfeito, e que só os veteranos conhecem; é o mêdo da "concorrência". E, se os subordinados, que são os que produzem em contacto direto com os outros fatores da produção, as máquinas, a matéria prima, etc, não conhecem perfeitamente seu trabalho, não podem produzir muito nem bem. Criam-se, assim, clássicos problemas de emprêsas, particularmente encontráveis nas indústrias: o operário não entende o que tem a fazer. Não sabe conduzir seu trabalho de maneira lógica. Está sempre se queixando; parece não gostar do trabalho, nem dos colegas. Etc.

Estatísticas (americanas, claro) provaram que até 80% dêstes problemas desaparecem se todos operários são bem treinados nos seus trabalhos, se têm noção exata do trabalho a ser realizado, de sua finalidade (a necessidade de se explicar a finalidade e utilidade de um trabalho se faz cada vêz mais importante, nesta época de micro-especialização. Charlie Chaplin mostrou bem isto em "Tempos Modernos"). "Mas o resultado mais apreciável é a melhoria do rendimento da produção e da qualidade do trabalho" (8)

Nossa experiência pessoal tem mostrado que os supervisores, quando estão sendo treinados para o uso do método, o aceitam de bom grado, se frisarmos bem que aquêles empregados que êles irão treinar jamais poderão substituí-los, pois estarão sòmente adquirindo o conhecimento do trabalho, o que não os capacitará a tomarem seus lugares de supervisor, pois há outros quatro requisitos a serem preenchidos, três dos quais só êles possuem. Os métodos de manter boas relações no trabalho, treinar seu pessoal e melhorar os métodos de trabalho passará a constituir os seus "segredos da profissão" de supervisor, que êles não passarão adiante...

D) A Capacidade de Liderar o Pessoal, que se obtem com o uso dos meios de manter as Boas Relações no Trabalho. A utilidade do seu emprêgo é dupla: evita o surgimento de muitos problemas de relações humanas, e ajuda o supervisor a resolver convinientemente os problemas que, mesmo assim, surjam.

Conduzir homens é muito mais dificil que conduzir máquinas. Quando se compra uma nova máquina, ela vem acompanhada de um guia explicativo, ou um especialista faz a montagem e dá instruções sôbre seu funcionamento. Mas quando um chefe recebe um novo empregado, êste não vem acompanhado de nenhum guia explicativo...

Também neste setor há problemas de produtividade que resultam da más relações entre o pessoal e o supervisor. Os que afetam mais diretamente a produção são: o empregado não comparece ao trabalho todos os dias. Há queda na produção individual. O empregado recusa-se a fazer certo trabalho. Há falta de cuidado com o equipamento e o material. Há empregados vadiando em horas de trabalho, por desinterêsse.

Procura então o método fazer com que o supervisor consiga a participação total do grupo, para que o trabalho, feito em equipes unidas, prossiga sempre sem interrupções. As horas de trabalho devem ser integralmente utilizadas, para que tenhamos pessoal realmente produtivo; qualquer interrupção influirá na quantidade ou na qualidade da produção, o que se quer evitar. O importante, no caso, é fazer com que o pessoal se mantenha sempre satisfeito com seu trabalho e seu chefe, e a atitude que êste assumir irá influir muito nisto. Deve-se conseguir a boa vontade do pessoal, o que tem fundamental importância para que o elemento mão de obra desempenhe sua função no processo produtivo com o máximo de rendimento.

E) A Capacidade para Aperfeiçoar Métodos de Trabalho, que tem como finalidade "fornecer ao supervisor um sistema racional, pelo qual êle possa melhorar os trabalhos que dirige, a fim de se produzir mais, de melhor qualidade, em menos tempo e por custo mais baixo. Isto deverá ser conseguido fazendo uso mais adequado da mão de obra, máquinas e materiais disponíveis" (9).

Consiste, em linhas gerais, de se estudar minuciosamente tôdas as operações do trabalho, a fim de combiná-las, redispô-las e simplificar os detalhes do trabalho, eliminando tudo aquilo que o estudo atento do trabalho revelar inútil, redundante ou supérfluo. É a maneira de simplificar ao máximo o trabalho, com evidente economia de tempo (= aumento da produtividade do trabalho), material e equipamento. Substitue-se, então, os métodos arcáicos e complicados por outros, simples e racionais.

Estas mudanças ocasionam sérios problemas. Trata dêles Baudin, ao referir-se genèricamente à produtividade, mas com palavras que pre-

ferimos citar quando tratamos de simplificação de métodos de trabalho, por a ela mais de perto se referir: "na França, um grande número de trabalhadores é hostil a tôda medida destinada a aumentar a produtividade (...) Muitos confundem produtividade e exploração, receiam a estafa, temem uma transformação de hábitos, pensam que a produtividade reduz os efetivos e engendra o desemprego, estimam que o patrão sòmente tira benefícios de tôda reforma neste domínio (...) O PROBLEMA É ANTES DE TUDO, DE INSTRUÇÃO OPERÁRIA" (10)

É justamente esta instrução operária que o T. W. I. visa por intermédio dos supervisores introduzir nas emprêsas, para modificar o pensamento dos trabalhadores, obtendo, assim, maior rendimento da mão de obra, que é necessário nesta fase de industrialização em que estamos entrando.

Por intermédio dos supervisores, visa o método eliminar êstes problemas, e conseguir implantar uma nova mentalidade nas classes trabalhadoras, aumentando a produtividade, e, por conseguinte, o nível médio de vida do povo, o que se faz necessário no Brasil.

Dixi.

BIBLIOGRAFIA

Epígrafe — JEAN FOURASTIÉ, "Le Grand Espoir du XX Siècle", ed. P.U.F., Paris, 1950, pág. 5.

1 — JEAN CARRIÉ, "Produtivité", in "Dictionnaire des Sciences Économiques, sous la direction de Jean Romeuf, Tome II, pág. 925.

2 — JEAN FOURASTIÉ, "Machinisme et Bien-Être", Les Edictions Minuit, Paris, 1951, pág. 119.

3 — JEAN FOURASTIÉ, idem, pág. 119.

4 — IN LOUIS BAUDIN, "Manuel d'Économie Politique, Vol. II, pág. 406.

5 — LOUIS BAUDIN, "Manuel d'Économie Politique", Lib. Genérale de Droit et Jurisprudence, Paris, 1955, Vol. II, pág. 407.

6 — LOUIS BAUDIN, idem, pág. 405.

7 — MARCIANO PEREIRA RIBEIRO, "Treinamento de Supervisores", ed. do SENAI, S.T.I., Rio de Janeiro, 1958, pág. 4.

8 — MARCIANO PEREIRA RIBEIRO, idem, pág. 8.

9 — MARCIANO PEREIRA RIBEIRO, idem, pág. 9.

10 — LOUIS BAUDIN, "Manuel d'Économie Politique", Vol. II, pág. 407.

Foram ainda consultados os Manuais "Relações no Trabalho" e "O Ensino Correto de um Trabalho", prop. do SENAI de Pernambuco.

GILBERTO FREYRE E OS JURISTAS:...

charlatanescamente intelectual — como o nosso, onde os mais moços são vistos de soslaio, como competidores atuais ou potenciais, num ciúme não raro feito hostilidade, Gilberto Freyre tem muito de seus amigos franciscanos. Porque consegue manter-se paternalmente protetor. Porque procura antes de ser procurado. Porque compreende que os teóricos jovens são sêres frageis e de fácil aniquilamento. Em imagem evangélica, Mestre Freyre seria pastor e não lôbo ou rapôsa, os haja embora não raros em posições universitárias no Brasil. Um pastor que fôra britânicamente "gentleman" no compreender e favorecer.

Nesse seu constante e mal correspondido amor à Província — que talvez, por culpa dela, não chegue nem siquer o namôro — Gilberto Freyre trocou cátedras e pesquisas européias ou norte-americanas — que seriam suas — por uma sala humilde do Instituto Joquim Nabuco de Pesquisas Sociais, do Recife, gerado de seus sonhos de servir ao país. Sonhos de desbravador. E, ainda àqui, uma sala franciscanamente pobre de um Instituto pobre, como costuma ser as instituições científicas em nações onde o Carnaval e suas máscaras solapam as universidades.

Como todos os verdadeiros amorosos, Mestre Freyre espera. Sabe esperar. Espera que sua província e o Brasil compreendam a sua dedicação, a sua renúncia, e lhe respondam ao apêlo. Um tão profundo que não pode ser respondido com cargos, títulos ou elogios. E que cargos, títulos ou elogios brasileiros poderiam acrescentar algo a Gilberto Freyre?

É um apêlo que só pode ser respondido com jovens. Com uma ciência brasileira do social. Com uma ciência brasileira do jurídico.

Mestre Freyre quase solitário espera. Quase tudo está por fazer. E tanto mais bela é a espera quanto mais lírica.

Talvez que o Recife, a cidade amada, responda por sua Faculdade. Talvez que o Brasil responda.

O certo é que Mestre Freyre amará até a morte. Procurará até a morte. Como bom Pastor.

(*) Capítulo de livro comemorativo em homenagem a Gilberto Freire com a colaboração de vários autores, a ser publicado.

A.R.I. Vence As Eleições No D. A.

Realizaram-se no dia 27 de maio último, depois de um agitado período pré-eleitoral, as eleições para o Diretório Acadêmico da Faculdade. Duas alas, mais uma vez se degladiaram pela conquista da hegemonia política na Escola: a A.R.I. e a A.N.A. Esta, que nasceu de um acôrdo entre alunos do terceiro ano, apresentava como candidatos os acadêmicos Carlos Canuto e Roberto Cavalcanti, para presidente e vice — dito.

A A.R.I. — sigla da Ala Independente Renovadora — era encabeçada pela chapa Luís Rangel — Sylvio Belém. Mais coesa, e melhor se conduzindo durante a campanha eleitoral a ARI, logrou derrotar a sua opositora por 11 votos contra apenas 4.

A novo comissão executiva para o período de 1959 ficou então, assim constituida: Presidente — Luís Rangel Moreira; Vice Presidente — Sylvio Belém; 1.º Secretário — Roberto Lins; 2.º Secretário — Aluisio de Morais Lima; Tesoureiro — Rubem Scavuzzi.

O Conselho de Representantes de Turmas eleito foi o seguinte:

1.º ano:	Roberto Lins de Oliveira	(A. R. I.)
	Paulo Agostinho Raposo	(A. R. I.)
	Aderbal L. Mendonça Meinhardt	(A. R. I.)
2.º ano:	Sylvio Gouvêia Belém	(A. R. I.)
	Manoel de Sousa Leão Veiga	(A. R. I.)
	Rubem Scavuzzi dos Santos	(A. R. I.)
3.º ano:	Rui de Albuquerque	(A. R. I.)
	Aluizio de Morais Lima	(A. R. I.)
	Pedro Motta	(A. N. A.)
4.º ano:	Luiz Rodolpho de Rangel Moreira	(A. R. I.)
	Marcelo Lanènere Machado	(A. R. I.)
	Cláudio de Holanda Cavalcanti	(A. N. A.)
5.º ana:	Biaggio Chiappeta	(A. R. I.)
	Carlos Antônio Canuto Neto	(A. N. A.)
	José Antônio M. Malta	(A. N. A.)

Os demais cargos do D.A. já foram preenchidos. Para o Depto. de Cultura foi indicado o colega Marcos Vinicios Vilaça. O Departamento de Apostila está entregue ao estudante José Maria Santa Cruz Oliveira e Francisco Advincula, está à frente do Depto. Artístico.

As moças também participam da administração: Margarida Borges e Yane Trindade Barreto, dirigem o depto. Social e de Beneficência, respectivamente.

A posse do D.A, realizada no dia II de maio em sessão solene no salão nobre foi presidida pelo Prof. Soriano Neto, diretor da Faculdade.

Após, foi oferecido um coquitel na "Sala dos Espelhos".

DIREITO PENAL

Realizou-se, em meio de grande expectativa, o Concurso para o preenchimento da cadeira de Direito Penal, vaga, com a saída do Professor Aníbal Bruno.

Os concorrentes à Cátedra foram os doutores Ruy da Costa Antunes e Roque de Brito Alves. Êste defendendo a tese "Homicídio por Adultério", enquanto que o primeiro discorreu sôbre a "Problemática do Crime"

Logo após o término da prova didática, o Pror. Abigar Soriano, Presidente da Mesa, proclamou o Prof. Ruy da Costa Antunes novo catedrático de Penal, com a seguinte média: 9,85 (Prova de Títulos: 10; Defesa de Tese: 9,6; Prova Escrita !0,0;Prova Didática 9,8). O dr. Roque de Brito Alves (que alcançou a médio de 8,90) receberá o título de Livre Docente.

A Banca Examinadora era composta pelos Professôres Oscar Stevenson, do (Estado do Rio), José Frederico Marques, (São Paulo), e Hélio Tornagh, (Distrito Federal), por parte do Consêlho Técnico Administrativo; e Professôres Gentil Mendonça e Abgar Soriano (Presidente da Banca), por parte da Congregação da Faculdade.

Existencialismo, etc.

(Continuação da pag.7)

valôres socialmente valiosos. A norma delimita a conduta intersubjetiva e essa coexistência do agir supõe como dado essencial a realidade comunitária. Eis porque a norma objetiva e protege os valôres societários, històricamente determinados.

E os valôres da comunidade referem-se em última análise, a um ideal de Justiça.

Recife, junho — 1959

NÓS, AS MULHERES, E "ELE"..., O DIREITO

Entre nós, raras são as mulheres que estudam Direito e que, depois de formadas, seguem a carreira, quer como advogadas, promotoras, juízes, docentes etc.

Êsse abondono fácil e frequente da carreira, que exige curso de 5 anos (não é pouco, convenhamos), é de se lamentar em vista de tanto tempo de esfôrço perdidos. As razões, costumeiramente alegadas — casamento, acomodação a um emprêgo qualquer, falta de interêsse puro e simples — não convencem e nos levam a crer na existência de obstáculos, encobertos pelas alegações habituais e verdadeiros causadores do abandono da carreira jurídica por parte da mulher, estudante de Direito.

No nosso entender, a timidez, via de regra, mais comum à mulher que ao homem, é um dos entraves que têm afastado a mulher da carreira do Direito. Timidez agravada pelo obstáculo natural que é a própria vóz feminina, evidentemente, mais fraca que a do homem.

Por outro lado, o resto (graças a Deus) do preconceito contra o exercício de certas profissões pelo sexo frágil constitue o mais sério obstáculo a ser superado. E, às que pretendam fazê-lo, convém notar, por exemplo, que o ingresso das moças, nas faculdades de Medicina, chocou muito mais aos donos do preconceito que o ingresso das mesmas nas escolas de Direito. Não obstante, elas estão aprovando em Medicina como, aliás, em outras profissões, anteriormente, vedadas à mulher.

O que é preciso é lutar contra o preconceito e a timidez. É necessário seguir o exemplo das que venceram em outras carreiras, mais defendidas da mulher que o Direito. Não pode cair no esquecimento o notável feito de Regina Gondin, que abriu, para nós, novos horizontes no campo das ciências jurídicas.

E nossas possibilidades nesses campo, são indiscutíveis. Daí, nossa grande responsabilidade em relação as mesmas. É de nossa obrigação aproveitá-las, partir para a luta com a naturalidade que a consciência de nossa capacidade nos dá.

Na verdade, conscientes do que somos capazes de realizar, poderemos, também, por outro lado, responder, com segurança, às tão conhecidas interpelações do nosso caro e ilustre mestre de Finanças. Que êle não fique, nunca mais, na verdade, sem um esclarecimento satisfatório, de nossa parte, a respeito do nosso objetivo quando escolhemos o estudo do Direito.

MARGARIDA

BORGES

RODRIGUES

NACIONAL SOCIALISMO

JACKSON JATOBÁ

Capitalismo e Socialismo travam nos dias atuais uma luta titânica semelhante à aquela anterior a revolução Francesa entre a nobreza e burguesia.

As causas do movimento francês de 1789, são do conhecimento de todos. A burguesia francesa, tolhida nos seus passos pelo absolutismo real, insuflada pelo pensamento inflamado de Rosseau e outros, revelou-se e o *slogan*: "Liberté, igualité e Fraternité" ecoou no espaço.

Êsse grito de liberdade, igualdade e fraternidade, espalhou-se pelo mundo mas, cêdo deformou-se.

A burguesia do mundo inteiro se aproveitou destas três significativas palavras; esqueceu a igualdade e a fraternidade e usou a liberdade para criar êsse monstro formidável que é o capitalismo, cuja as façanhas são conhecidas através da história. É o responsável direto por grandes guerras mundiais, por numerosas revoluções nos agitados países Latinos Americanos e pelo progresso extraordinário de outras nações, como os Estados Unidos e a eterna ladra internacional a Inglaterra.

É preciso que se explique não ter o capitalismo nenhum fundamento filosófico próprio. É simplesmente como afirma alguns autores um processo processo técnico de fazer pobreza.

Mas, o monstro foi ferido de morte no século passado quando KARL MARX, o pequeno golias alemão, cravou no seu peito metálico a espada do socialismo e seu sangue de aço liquefeito começou a jorrar.

O que vemos nos nossos dias são os extertores do capitalismo agonisante. O mundo não marcha para o socialismo, mas o socialismo é que marcha sôbre o mundo.

Isto não é conversa, é a realidade núa e crúa da qual ninguém poderá fugir. A estas minhas palavras dirão alguns: "já sei o rapaz é comunista". Não sou comunista porque comunismo, no seu sentido mais profundo é utopia.

As diferenças intelectuais e morais entre os indivíduos não permitirão que o ideal Marxista se materialize.

Haverá sempre, pobres e ricos. O que não devemos esquecer é a igualdade e a fraternidade de *slogan* francês. No mundo contemporâneo batem-se capitalismo decadente e socialismo soviético nascente. O primeiro procurando esconder seus atos perversos e defender seus interêsses mesquinhos e o segundo também unilateral e louco procurando se afirmar sem Deus e a liberdade.

Na sua ânsia de igualdade, o socialismo Russo esqueceu a liberdade, os homens agem como máquinas trabalhando sempre até que uma peça se quebre e a ferrugem os consumam.

Nós brasileiros que pertencemos a uma nação nova não podemos continuar entregues a êsse capitalismo decadente e devastador, nem tampouco ao socialismo brutal que hoje em dia é praticado em muitos países do globo. Adotemos o sistema de govêrno que respeite as nossas tradições de povo amante de Deus, da paz, da família e que nos afaste de um sistema econômico retrógado e injusto como o nosso.

Não sejamos como indivíduos do quilate de Prestes, Galdeano ou Roberto Campos, simples fantoches nas mãos de govêrnos ou de capitalistas internacionais.

Reformemos nossa Constituição, criemos uma nação, onde haja oportunidade para todos. Onde o filho do camponês ou do operário tenha direito a sonhar com uma vida melhor do que a de seus pais.

Movimentemos as massas, façamos com que nossa liberdade, fonte de orgulho dos ocidentais não seja simples mentira barata. Digo isto porque a liberdade no seu sentido amplo, tenha-na sómente os possuidores de capital. O operário o camponês, a pobreza em geral é apenas um rebanho nas mãos de um pequeno grupo dominante.

O direito de escolha dos seus dirigentes, êles não o possuem. Não o tem porque sendo dependentes econômicos, também o são polìticamente.

A democracia brasileira atual é a mesma da época de Pericles onde apenas os "cidadões" decidiam os problemas gerais. O critério de "cidadão" modificou-se um pouco, mas no fundo é o mesmo.

A economia é hoje quase ou tão importante quanto a política. O homem é um ser político-Social.

Marx, o genio, o homem que negando Cristo nada fêz com suas teorias do que repetir aquilo que o Nazareno havia dito nas suas peregrinações através da judeia, compreendeu a necessidade de uma evolução na doutrina política, porém, perdeu-se ao pregar o materialismo.

Marx encontrou o mundo como Rosseau havia encontradó ano atrás. Parte do clero, num plano superior, ao lado dos nobres e dos burgueses, esquecendo os pobres. Negada a êstes, a última tábua de salvação, os homens rebelaram-se e esque-

(Continúa na pág. seguinte)

NACIONAL SOCIALISMO

(*Continuação da pág. anterior*)

cendo a verdade, caminharam para a mentira.

Modifiquemos os nossos sentimentos individuais. Criemos uma mentalidade social não um social falso e mentiroso como o atual, quando se promovem festas, bingos, desfiles etc., nos salões "society" do Recife e do Brasil inteiro, para ajudar os pobres. As senhoras e cavalheiros que participam e contribuem para estas manifestações ruidosas de caridade e de solidariedade humana, são os mesmos que, na sua ânsia de lucro, dentro de suas fábricas, lojas, engenhos até, criam essa prole de miseráveis que hoje socorre com as migalhas de seus fartos.

A reforma agrária, a nacionalização das fontes de produção e consumo, o coletivismo enfim é o que necessitamos.

A "vassourada" em nossa política, limpando de ladrões e de agentes internacionais, nos livrarão dos sangue-sugas da nação e consequentemente da ditadura do proletariado.

Sejamos socialistas-nacionalistas-democratas.

Vejamos o exemplo de Israel, pátria do Cristo, que é hoje em dia neste mar de incompreensões, o lugar onde a palavra caridade realmente existe.

Lutemos por um socialismo nacional, um socialismo onde haja o respeito pela pessoa humana, pela liberdade de pensamento, pelo direito de escolha.

O Problema Brasileiro, etc.

(*Continuação da pág.* 37)

do 3.º ano Pedro Motta de Barros, em 11/5/59.

(**) No exercício de 1958 o deficit do nosso balanço de pagamentos foi de quase 300 milhões de dólares, isto, mais de 60% do total OFICIAL de divisas remetidas para o exterior, a títulos de lucros, dividendos, juros e royaltios, pelas emprêsas imperialistas que operam no Brasil.

Até quando?

PENSO EM GILBERTO AMADO NO ANO ETC.

(*Continuação da pág.* 34)

gios que êle faz anteceder às transcrições dos seus discursos na Câmara respondem negativamente. O conformismo se firmou, da forma às idéias. Refiro só uma. O autor recorda os companheiros de deputação e, após declarar: "As eleições eram falsas mas a representação era verdadeira... As eleições não prestavam, mas os deputados e senadores eram os melhores que podíamos ter. Por exemplo ... no Distrito Federal e voto não era a bico de pena, como no interior do país era de fato depositado na urna. Resultado: representação falsa" (10), sucedendo as recordações particularizadas, acrescenta decisivo:" ... todos representantes realmente *representativos*, eleitos em atas falsas... (Para que verdadeiras se a sua verdade seria apenas formal?) Uma vez indicados nas chapas, pelo Govêrno ou pela Oposição, no "têrço" da combinação com o Govêrno — estavam eleitos. (Na Inglaterra era assim... sempre foi assim, até Lloyd George, no comêço dêste século. Sufrágio universal nunca houve até então na Inglaterra. Adotado completamente depois da guerra, produziu êsse resultado espantoso: a derrota de Churchill que acabava de salvar não só a Inglaterra como a nós todos.)" (11). O ensaísta d'As Instituições acabou lamentando que o povo houvesse emergido do mutismo a que se condenara desde a colônia até o comêço da industrialização.

Gilberto Amado, do ponto de vista do pensamento político-social, terminou um intuitivo, que expressa a transição da fase alienada para a integração na nossa circustância. O poder a que se conformou, poder dos donos das posições, os políticos e os jornais, continua a ser tanto perigo para a minha geração, quanto foi para a sua. E não é difícil alguém repetir sem análises, a inautenticidade dêste elogio: Gilberto Amado é "o homem de pensamento que escreveu algumas das páginas essenciais de compreensão do Brasil e do mundo".

Faltaria considerá-lo estilìsticamente. Contudo só iria confirmar o transicionalismo do autor — agora entre as matrizes retórico-sentimentais e a realista do modernismo — e... arriscar a perda do leitor. Razão forte, concluo, de calar.

Não me esforcei por parecer diferente, original ou o que valha. Se via Gilberto Amado em aspéctos novos, é que uma geração, que está obrigada a firmar novos valores, lhe observava.

Mais do que uma crítica, portanto, êste é um testemunho.

(*) Êste artigo foi ampliado e revisto para publicação na Revista Brasileira.

BIBLIOGRAFIA

1 — A Vida Literária no Brasil — 1900, Brito Broca, Ministério da Educação e Cultura, 1956, pág. 138.

2 — Minha Formação no Recife, Gilberto Amado, José Olímpio, 1955, pág. 230.

3 — Aparências e Realidades, in A Chave de Salomão, José Olímpio, 1947, pág. 134.

4 — La Cultura Occidental, Editorial Columba, 1953, pág. 41 e segs.

5 — A Chave de Salomão, José Olímpio, 1947, pág. 12.

6 — Marília de Dirceu, índice B, nº 74, Obras Completas, ed. do I. N. L., vol. I, pág. 112.

7 — Grão de Areia, José Olímpio, 1948, págs. 14-15.

8 — Idem, pág. 190.

9 — Idem, pág. 157.

10 — Presença na Política, José Olímpio, 1958, pág. 84.

11 — Idem, pág. 86.

Jun/91
F. D. R.

Jno. 12023

DIÁRIO DA F. D.

340.05
R297d

NÃO PODE SAIR
DA BIBLIOTECA

- Conferência

O Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito — através do seu Departamento de Cultura — está promovendo desde o dia 18 de agôsto um curso intensivo de sociologia.

O referido curso, que compreende uma série de aulas, está sendo administrado pelo Prof. Vamireh Chacon, assistente de Economia Política. O tema versa sôbre Marxismo e Cristianismo.

As aulas têm sido pronunciadas no salão de conferências às 18 horas.

— UEP

A União dos Estudantes de Pernambuco (U.E.P.) elegeu durante o seu XXIV.º Congresso a sua nova diretoria. Depois de um acirrado pleito, o Presidente do D.A. de Direito, estudante Luís Rangel Moreira derrotou o seu competidor Evanildo Coelho da Politécnica por 26 contra 22 votos.

Com essa vitória os estudantes de Direito voltam a liderar a política estudantil do Estado. A Rangel as felicitações de "Estudantes".

— Juristas

A exemplo dos anos anteriores realizar-se-á, nos últimos dias de agôsto, mais uma Semana Jurídica interna. O grande conclave de debates jurídicos constará de duas partes: julgamento de teses apresentadas e concurso de oratória. Os autores das teses classificadas comporão a comitiva de Pernambuco, que participará da IX.ª Semana Jurídica Nacional, a qual será realizada em Fortaleza, no período de 20 a 27 de outubro.

O diretor do Departamento de Cultura, Marcos Vilaça, orientador dos trabalhos pede a colaboração de todos para o maior brilhantismo da Semana.

— Sport

Vem aí a DIRECO, sensacional Olinpíada esportiva entre alunos das Faculdades de Direito e Ciências Econômicas. O certame é realizado sob o patrocínio dos Diretórios Acadêmicos das duas Escolas. Constará de um campeonato de "foot-ball" e "volley-ball", e atletismo. O Presidente do D. A. de Direito pede a colaboração de todos os atlétas para bom êxito do certame.

— Fera

Os calouros de Direito foram recebidos, êste ano, com festa pelos veteranos. As comemorações de congraçamento entre "feras" e acadêmicos foram realizadas no dia 29 de maio, sendo o seguinte programa: 7:30: Missa, celebrada pelo Padre Almery Sampaio na Capela do Colégio Marista, seguida de café no Restaurante da Faculdade. Após foi realizada um sessão solene no Salão Nobre. Na ocasião falou saudando os "feras" o colega Ignácio Farias, e, agradecendo, ouviu-se a palavra do "calouro" Dourimar Nunes de Moura. Finalizando usou da plavra o Prof. Vamireh Chacon.

Durante as solenidades foram distribuídos aos "feras" um jornal com informações sôbre a Faculdade e especialmente sôbre o Primeiro Ano.

— Nacionalismo

No período de 1 e 7 de setembro, será realizada a Segunda Semana Estudantil Nacionalista. O D. A. de Direito sob cuja direção se encontra êste congresso, contará ainda com a colaboração dos Diretórios Acadêmicos das Faculdades e Escolas Superiores do Estado. Participarão ainda da Semana Nacionalista professôres das nais diversas unidades de ensino do Estado. Contará também com a presença dos representantes dos Poderes Executivos e Legislati- Federal, Estadual e Municipal, e da Petrobrás.

Afim de organizar e de convidar as Autoridades os colegas Sílvio Belém e Heleno Mendonça viajaram ao Rio de Janeiro.

O Programa constará de Conferências, Debates e exposição de dados sôbre as atividades e realizações nacionais.

inv 81

esta revista foi impressa nas oficinas da imprensa universitária da universidade do recife. a direção agradece ao magnífico reitor prof. joão alfredo gonçalves da costa lima.

Imprensa Universitária